

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

AUDITORIA INTERNA DPMG



I APRESENTAÇÃO

O Relatório de Controle Interno sobre as contas do exercício de 2020 é parte integrante da prestação de contas da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG –, a ser apresentada ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG –, em atendimento ao disposto no art. 74 da Constituição da República de 1988, nos artigos 73 e 74 da Constituição do Estado de Minas Gerais, no inciso XVI do art. 29 da Deliberação do Conselho Superior da DPMG nº 110/2019 e nos termos do artigo 10 da Instrução Normativa n. 14/2011 e do art. 5º da Decisão Normativa n. 01/2021 expedidas pelo TCEMG.

A execução orçamentária e financeira do exercício de 2020 foi realizada observando o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – e a Lei Orçamentária Anual – LOA –, em cumprimento aos dispositivos contidos no art. 165 da Constituição da República e no art. 153 da Constituição do Estado de 1989, onde são estabelecidos.

A DPMG possui as competências e atribuições previstas no artigo 129 da Constituição Estadual, sendo instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica, a representação judicial e a defesa gratuitas, em todos os graus dos necessários.

Tendo em vista o cumprimento da sua missão¹ institucional, esta Defensoria, na execução do seu primeiro Plano Estratégico (2018-2023) e considerando a pandemia do Covid-19, pautou sua atuação no desenvolvimento de ações e projetos direcionados a aumentar a qualidade da assistência jurídica; a otimizar os processos, facilitando o acesso, pela população, aos serviços e às informações da DPMG; e promover a integração entre sistemas, informações e processos da DPMG.

A execução do Planejamento Estratégico, em regra, se materializa na execução dos Planos Gerais de Atuação (PGA), que constituem em verdadeiros fatiamentos dos projetos previstos naquele instrumento (planejamento de médio prazo) para execução em período de um ano (planejamento de curto prazo – planos de ação).

Destaca-se a seguir alguns dos projetos do PGA² – 2019/2020 e 2020/2021 – que tiveram ações e atividades executadas no exercício sob análise: Plano de captação de recursos; Implantação do sistema de agendamento on-line; Fala Defensoria; Expansão do SAP – serviço de atendimento processual; Banco de Petições; Novo Siged /Gerais; APP DPMG; Criação do plano de classificação e tabela de temporalidade; Diagnóstico e levantamento das necessidades de RH e infraestrutura das unidades da DPMG e plano de atendimento; Mapeamento de processos críticos; Catálogo de serviços da DPMG; Núcleo estratégico de execução penal; Projeto acesso à saúde; Atuação extrajudicial; serviço de qualificação estratégica da atuação da DPMG na 2ª instância; Expansão dos centros de conciliação e mediação da DPMG para o interior.

A prestação de contas da DPMG de 2020 a ser apresentada ao TCEMG, para fins de verificação da legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, teve como base as orientações contidas na Resolução n. 313, de 28/10/2020; no Decreto de Encerramento nº 48.080, de 11/11/2020; no Memorando Circular n. 03/2020/DPG e as informações contidas no Relatório sobre a Gestão da DPMG; nas informações e documentações solicitadas aos diversos setores da DPMG; no Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais – Siafi/MG; no Sistema de Informações

¹ Missão: Prestar assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados com foco na garantia do acesso à Justiça, na proteção da dignidade da pessoa humana, na promoção da cidadania e no fomento à solução pacífica dos conflitos sociais. (Planejamento Estratégico, 2018-2023)

² Os PGAs, na DPMG, não seguem a lógica do ano fiscal, mas o período de gestão do Defensor Público-Geral. Têm, portanto, como prazo de execução o 2º semestre do ano e Primeiro semestre do ano subsequente.

Gerenciais e de Planejamento – Sigplan; nos relatórios do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços – Siad; nas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Setor de Contabilidade e, ainda, nos relatórios emitidos pelas seguintes comissões:

- comissão do inventário físico e financeiro dos materiais em almoxarifado, dos bens patrimoniais em uso, estocados, cedidos e/ou recebidos em cessão, inclusive imóveis, que são o objeto de registros nos Ativos Permanente e Compensado e no Passivo Compensado, Resolução n. 313/2020 DPG, publicada no D.O. de 29/10/2020;
- comissão do inventário físico e financeiro dos valores em tesouraria e das obrigações constantes dos Passivos Circulante e Não Circulante, incluindo os atos potenciais passivos, da DPMG, Resolução n. 314/2020 DPG, publicada no D.O. de 29/10/2020.

Salientamos que este subscritor assumiu as funções de Auditoria Interna da DPMG no dia 4 de janeiro de 2021 (Ato nº 601, de 31/12/2020), portanto, não houve a oportunidade de participar e acompanhar a gestão durante o exercício de 2020. Não obstante, foram realizadas análises mediante amostragem de auditoria, com intuito de verificar a legalidade dos atos de gestão e a avaliação da eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do exercício sob análise.

Dada a extensão dos dados, informações e providências que permeiam a gestão anual do exercício orçamentário/financeiro, esta unidade de Auditoria Interna procurou trabalhar na dimensão julgada suficiente à sua compreensão e convicção, valendo-se do método de amostragem.

II AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO E DA EXECUÇÃO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL, NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

O orçamento da Defensoria Pública para o exercício de 2020 é composto por 8 (oito) ações distribuídas em 2 (dois) programas do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) de 2020-2023, conforme dados obtidos no Sigplan.

TABELA 1 – Programas da Defensoria Pública (U.O. 1441)

Programa - PPAG	Ações
0726 – Acesso à justiça	1050 – Expansão da Defensoria Pública no Estado
	1099 – Implantação e Estruturação de Defensorias Especializadas e Núcleos da Defensoria Pública
	4033 – Construção e Reforma de Unidades da Defensoria Pública
	4150 – Operacionalização das atribuições da Defensoria Pública e Direção Administrativa
	4193 – Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais
	2068 – Capacitação de membros, servidores e cidadãos por meio da Escola Superior da Defensoria Pública
0705 – Apoio às políticas públicas	7004 – Precatórios e sentenças judiciais
	7006 – Proventos de inativos civis e pensionistas

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN.

Destaca-se o Programa 0726 (unissetorial) que tem como objetivo promover como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, o acesso à justiça com a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da constituição federal. Nas tabelas 2 e 3 são apresentadas os indicadores e ações estabelecidos no PPAG, além das respectivas metas e resultados alcançados no exercício de 2020:

TABELA 2 – Metas dos indicadores do programa do PPAG

Programa 0726: Acesso à Justiça		
Indicador do Programa	Meta	Executado
Número de defensores públicos por 100.000 habitantes (defensores por 100 mil habitantes)	2,95	3,05
Número de prestações jurídicas por 100.000 habitantes (prestação jurídica por 100 mil habitantes)	10,54 ³	9.216,47
Percentual de comarcas que contam com a presença da Defensoria Pública (%)	37,84%	37,03%
Percentual de comarcas que se encontram totalmente providas de defensores públicos (%)	9,80%	11,45%

Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Modernização/SPGF/DPMG.

³ Conforme informa a Diretoria de Planejamento, Orçamento e Modernização, "Para o indicador 'Número de prestações jurídicas por 100.000 habitantes', inicialmente temos que esclarecer que houve um equívoco formal, pois a meta foi estipulada percentualmente, em desacordo com o indicador que prevê prestações jurídicas por 100.000 habitantes. Tal fato já foi comunicada à SEPLAG que realizará a readequação. Considerando a métrica correta para o indicador, a meta para 2020 seria 10.536, portanto superior aos 9.216 apurados na execução."

TABELA 3 – Metas físicas das ações dos programas do PPAG

Programa 0726		
Ação 1050: Expansão da defensoria pública no estado		
Meta Física	Valores Medidos	Percentual de Execução
Implantar 1 (um) órgão da DPMG em unidade jurisdicional	0	-
Ação 1099: Implantação e estruturação de defensorias especializadas e núcleos da defensoria pública		
Meta Física	Valores Medidos	Percentual de Execução
Implantar/estruturar 1 (uma) unidade da Defensoria Especializada/Núcleo	0	-
Ação 4033: Construção e reforma de unidades da defensoria pública		
Meta Física	Valores Medidos	Percentual de Execução
Ampliar/reformar 1 (uma) unidade da DPMG	1 ⁴	100%
Ação 4150: Operacionalização das atribuições da defensoria pública e direção administrativa		
Meta Física	Valores Medidos	Percentual de Execução
Realizar 2.259.576 prestações jurídicas	1.981.168	87,68%
Ação 4193: Remuneração de pessoal ativo e encargos sociais		
Meta Física	Valores Medidos	Percentual de Execução
Remunerar 795 pessoas em atividade na DPMG e seus encargos sociais	789	99,25%
Ação 2068: Capacitação de membros, servidores e cidadãos por meio da escola superior da defensoria pública		
Meta Física	Valores Medidos	Percentual de Execução
Capacitar 3.200 pessoas	15.272	477,25%
Programa 0705		
Ação 7006: Proventos de inativos civis e pensionistas		
Meta Física	Valores Medidos	Percentual de Execução
Pagar proventos à 387 pessoas inativas e pensionistas	394	102%
Ação 7004: Precatórios e sentenças judiciais		
Meta Física	Valores Medidos	Percentual de Execução
Efetuar pagamento de 1 precatório e sentenças judiciais	0	-

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN.

⁴ O valor medido para ação 4033, refere-se à retificação realizada pela Diretoria de Planejamento, Orçamento e Modernização da DPMG no Sigplan em 2021.

Dos 4 (quatro) indicadores previstos no PPAG (2020-2023), a Defensoria Pública atingiu 2 (duas) das metas planejadas, relacionadas aos indicadores “Número de defensores públicos por 100.000 habitantes” e “Percentual de comarcas que se encontram totalmente providas de defensores públicos (%)”.

Quanto ao indicador “Número de prestações jurídicas por 100.000 habitantes”, cabe destacar que a demanda por atendimento junto à DPMG foi reprimida por conta da pandemia do coronavírus, que afetou o Brasil e o estado de Minas Gerais a partir de março de 2020, forçando o fechamento dos órgãos públicos, comércios, escolas e o consequente distanciamento social, provocou o afastamento do público, além disso, a maioria dos assistidos não tem condições (financeiras, culturais, tecnológicas, etc.) de estabelecer ou manter contato remoto com as unidades da defensoria. Contudo, o órgão conseguiu realizar 1.981.168 prestações jurídicas em 2020, atingindo um percentual de 87,68% referente à meta física planejada para a Ação 4150 – Operacionalização das atribuições da defensoria pública e direção administrativa – do Programa 0726 do PPAG.

Em relação ao indicador “Percentual de comarcas que contam com a presença da Defensoria Pública (%)”, a Diretoria de Planejamento, Orçamento e Modernização esclareceu que *“a estimativa foi em 112 comarcas, e o apurado 110 comarcas. O resultado inferior se deve às dificuldades vivenciadas, sobretudo nos últimos 5 anos. Como o Estado de Minas Gerais vem passando por uma crise financeira/fiscal, a DPMG não tem conseguido realizar concursos públicos para recompor os quadros de pessoal. As aposentadorias, falecimentos e desligamento de servidores, sem a devida reposição tem levado e continuarão levando ao fechamento de comarcas.”*

No tocante às ações 1050 – Expansão da defensoria pública no estado –, 1099 – Implantação e estruturação de defensorias especializadas e núcleos da defensoria pública – e 4033 – Construção e reforma de unidades da defensoria pública –, previstas nos instrumentos de planejamento e evidenciadas na tabela 3, a Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças (SPGF) da DPMG informou que os recursos orçamentários e as metas físicas foram lançados como abertura, não ocorrendo aporte de recurso suficiente para as respectivas execuções. No entanto, ressalta-se que o alcance da meta física relativa à ação 4033, deve-se à entrega, no exercício de 2020, da reforma na unidade da Defensoria Pública localizada em Uberlândia/MG, fruto do convênio de saída n. 01/2014, celebrado entre DPMG e Prefeitura Municipal de Uberlândia, a partir de recursos de Emenda Parlamentar. O referido convênio teve vigência até 29/12/2020. A prestação de contas apresentada em 2021 pela PM de Uberlândia encontra-se sob análise na Defensoria Pública.

Com relação ao desempenho da meta física das Ações 4150 – Operacionalização das atribuições da defensoria pública e direção administrativa – e 2068 – Capacitação de membros, servidores e cidadãos por meio da escola superior da defensoria pública – observou-se o alcance percentual de execução de 87,68% e 477,25%, respectivamente.

Consoante justificativa apresentada pela SPGF, o percentual alcançado para a Ação 2068 deve-se ao fato de que, em face da pandemia, os cursos foram realizados de forma *On-Line* e por meio de *Lives*, o que possibilitou uma grande participação de defensores, servidores, terceirizados e outros.

Quanto a inexecução física e financeira referente à Ação 7004 – Precatórios e Sentenças Judiciárias –, a SPGF informou que *“o valor de R\$1.000,00 (mil reais) foi como abertura e não ocorreu nenhuma execução, tendo em vista a inexistência de Precatório/Sentenças Judiciais no exercício”*.

Diante ao exposto, verifica-se que das 8 (oito) ações estabelecidas no PPAG, a Defensoria Pública apresentou um desempenho físico satisfatório em relação a 4 (quatro) delas (4033, 4150, 4193 e 7006),

conforme o disposto no *Manual Sigplan – Monitoramento PPAG*⁵, que considera a taxa de execução compreendida no intervalo entre 70% e 130%. O desempenho físico para a Ação 2068, que teve o percentual relativo à meta física ultrapassado em, aproximadamente, 377% e cuja justificativa apresentada anteriormente e considerada pertinente, foi considerado subestimado. E as Ações 1050, 1090 e 7004 tiveram o desempenho físico considerado crítico, entretanto, as justificativas apresentadas para as suas inexecuções também foram consideradas pertinentes.

TABELA 4 – Execução Orçamentária das Despesas – Exercício de 2020

Discriminação	Crédito Autorizado (R\$)	Despesa Realizada (R\$)	AH
Pessoal e encargos sociais	468.006.361,00	452.318.710,00	97%
Outras despesas correntes	75.537.537,00	69.823.375,57	92%
Investimentos	8.000.000,00	7.671.348,88	96%
TOTAL	551.543.898,00	529.813.434,45	96%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN.

A Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, Lei nº 23.364, de 25/07/2019, disciplina as prioridades e metas da Administração Pública Estadual para o exercício de 2020, elencando as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Estado e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram o orçamento fiscal.

Na avaliação realizada, a Defensoria Pública, visando à concretização do programa proposto no PPAG 2020-2023, empreendeu ações efetivas para a execução dos créditos autorizados para o exercício, no valor de R\$ 551.543.898,00 (quinhentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e quarenta e três mil e oitocentos e noventa e oito reais). No exercício de 2020, não houve abertura de créditos adicionais para a DPMG.

A execução das despesas atingiu o montante de R\$ 529.813.434,45 (quinhentos e vinte e nove milhões, oitocentos e treze mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), correspondendo a 96% dos créditos autorizados, conforme demonstrado na Tabela 4.

⁵ Manual Sigplan – Monitoramento PPAG (2019, págs. 41 e 42).

Status satisfatório: dimensões física ou orçamentária do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução compreendida no intervalo entre 70% e 130% frente à meta programada até o período monitorado.

Status crítico: dimensões física ou orçamentária do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução menor do que 70% da meta programada até o bimestre monitorado.

Status subestimado: dimensões física ou orçamentária da ação caracterizadas por taxa de execução acima de 130% perante a meta programada até o último mês monitorado.

TABELA 5 – Créditos Autorizados – Programa de Trabalho – 2020

Programa de Trabalho	Crédito Autorizado (R\$)	Despesa Realizada (R\$)	%
Expansão da Defensoria Pública no Estado (1050)	1.000,00	0,00	0%
Implantação e estruturação de Defensorias Especializadas e Núcleos da Defensoria Pública (1099)	1.000,00	0,00	0%
Construção e reforma de unidades da Defensoria Pública (4033)	1.000,00	0,00	0%
Operacionalização das atribuições da Defensoria Pública e Direção Administrativa (4150)	71.284.537,00	65.996.335,96	93%
Remuneração de pessoal ativo e encargos sociais (4193)	369.905.361,00	356.437.750,55	96%
Capacitação de membros, servidores e cidadãos por meio da escola superior da Defensoria Pública (2068)	350.000,00	329.786,71	94%
Proventos de Inativos Civis e Pensionistas (7006)	110.000.000,00	107.049.561,23	97%
Precatórios e Sentenças Judiciais (7004)	1.000,00	0,00	0%
Total	551.543.898,00	529.813.434,45	96%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN.

Da análise realizada acerca do desempenho orçamentário das ações previstas no PPAG, nos moldes do *Manual Sigplan – Monitoramento PPAG*, verifica-se que para as quatro ações que tiveram despesa realizada o indicador de desempenho orçamentário foi considerado satisfatório. Por outro lado, as outras quatro ações que tiveram como crédito autorizado o valor de R\$ 1.000,00, conforme justificativas apresentadas pela Gestão e consideradas pertinentes, obtiveram o status como crítico.

Assim, considerando que as despesas realizadas em confronto com os créditos autorizados alcançaram o percentual de 96%, considera-se que o desempenho orçamentário das ações previstas no PPAG da DPMG em 2020 foi adequado.

TABELA 6 – Comparativo Créditos Autorizados e Despesa Empenhada - 2019 e 2020

Programa de Trabalho	Crédito Autorizado (R\$)			Despesa Realizada (R\$)		
	2020	2019	% AH 20/19	2020	2019	% AH 20/19
Expansão da Defensoria Pública no Estado	1.000,00	1.000,00	0	0,00	0,00	-
Implantação e estruturação de Defensorias Especializadas e Núcleos da Defensoria Pública	1.000,00	1.000,00	0	0,00	0,00	-
Construção e reforma de unidades da Defensoria Pública	1.000,00	1.000,00	0	0,00	0,00	-
Operacionalização das atribuições da Defensoria Pública e Direção Administrativa	71.284.537,00	35.604.732,00	100,21	65.996.335,96	26.796.573,21	146,29

Programa de Trabalho	Crédito Autorizado (R\$)			Despesa Realizada (R\$)		
	2020	2019	% AH 20/19	2020	2019	% AH 20/19
Planejamento, Gestão e Finanças ⁶	-	39.236.465,00	-	-	29.528.711,59	-
Remuneração de pessoal ativo e encargos sociais	369.905.361,00	332.351.320,00	11,30	356.437.750,55	328.581.266,08	8,48
Capacitação de membros, servidores e cidadãos por meio da escola superior da Defensoria Pública	350.000,00	210.760,00	66,07	329.786,71	209.814,84	57,18
Proventos de Inativos Civis e Pensionistas	110.000.000,00	99.747.680,00	10,28	107.049.561,23	102.030.420,00	4,92
Precatórios e Sentenças Judiciárias	1.000,00	1.000,00	0	0,00	0,00	-
Total	551.543.898,00	507.154.957,00	8,75	529.813.434,45	487.146.785,72	8,76

Fonte: Armazém Siafi – Business Object (BO).

A despesa alocada na Ação 4150 – Operacionalização das atribuições da Defensoria Pública e Direção Administrativa –, na comparação dos exercícios, registrou um acréscimo de 146,29%. O aumento desta despesa deve-se, principalmente, ao fato da extinção da Ação “Planejamento, Gestão e Finanças”, que juntamente com a Ação “Remuneração de pessoal ativo e encargos sociais” constituíam o Programa 0701 – APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – no PPAG 2016-2019. Assim, no PAAG 2020-2023, a Ação 4193 – Remuneração de pessoal ativo e encargos sociais – passou a compor o Programa 0726 – ACESSO À JUSTIÇA –, visto que o Programa 0701 e a Ação “Planejamento, Gestão e Finanças” não integram o PPAG vigente da Defensoria Pública.

No comparativo entre os exercícios, verifica-se o aumento de 11,3% dos créditos autorizados para a Ação 4193 – Remuneração de pessoal ativo e encargos sociais – que segundo informações prestadas pela SPGF, o acréscimo se deve, sobretudo, ao incremento de orçamento necessário para cobrir as despesas para a DPMG com a implementação da Reforma da Previdência. Conforme cálculos realizados pela SEPLAG/MG, seria esperado um impacto de R\$15.000.000,00 para a Defensoria Pública, o que foi previsto na LOA 2020.

Em relação à Ação 2068 – Capacitação de membros, servidores e cidadãos por meio da escola superior da Defensoria Pública –, destaca-se uma variação de 66,07% nos créditos autorizados na comparação dos exercícios. Em resposta ao questionamento realizado por esta unidade de Auditoria Interna, a SPGF/DPMG informou que o “acrécimo se deve à adequação do orçamento às necessidades de ampliação da oferta de capacitações e treinamentos, bem como do número de participantes. Para tanto, conforme deliberação dos gestores da DPMG, foi alocado parcela maior do orçamento para a ação.”.

⁶ Ação não incorporada no PPAG 2020-2023.

A tabela 7 a seguir indica a composição dos créditos orçamentários por fonte e os percentuais de execução orçamentária levando em conta os créditos autorizados⁷.

TABELA 7 – Despesa realizada x composição dos créditos orçamentários

Fonte	Crédito Autorizado (R\$) A	Despesa Realizada (R\$) B	Em relação ao crédito autorizado B/A (%)
10	440.732.207,00	422.763.873,22	96%
42	49.370.130,00	49.370.130,00	100%
43	32.341.967,00	32.341.967,00	100%
58	28.287.903,00	25.337.464,23	90%
60	811.691,00	-	-
Total	551.543.898,00	529.813.434,45	96%

Fonte: Armazém Siafi – Business Object (BO).

De maneira geral, percebe-se que os percentuais de execução orçamentária para o exercício de 2020 foram adequados, observada a metodologia estabelecida no Manual de monitoramento do Sigplan, que considera como satisfatório o desempenho compreendido no intervalo entre 70% e 130%.

Ademais, considerou-se pertinentes também as justificativas apresentadas pela Gestão quanto às Ações que não foram objeto de execução física e/ou financeira.

O detalhamento dos atos de gestão referentes à execução por Ação Orçamentária consta do Relatório de Gestão, no item III da Prestação de Contas Anual - alíneas “a” e “b”.

III AVALIAÇÃO DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES ATINENTES À DESPESA TOTAL COM PESSOAL, PREVISTOS NOS ARTS. 19 E 20, BEM COMO A ADOÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS PREVISTAS NOS ARTS. 22 E 23, TODOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000

A Defensoria Pública do Estado publica no diário oficial do Poder Executivo, quadrimestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal – RGF –, atendendo à determinação contida no Acórdão nº 2.153/2014 – TCU – Plenário, visto que as defensorias públicas foram incluídas na Constituição Federal como órgãos de autonomia orçamentário-financeira em 2004 e a aprovação da LRF ocorreu em 2000.

Referente ao último quadrimestre, verificou-se que a despesa total com pessoal na Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais atingiu, no decorrer do exercício 2020, um montante de R\$ 339.189.673,55 (duzentos e vinte e seis milhões, sessenta mil, seiscentos e trinta e sete reais e dez centavos).

Destaca-se que a LRF não estabelece limite legal de despesa com pessoal para as Defensorias Públicas, porém, quando comparamos a despesa total com pessoal frente à Receita Corrente Líquida – RCL – do Estado de Minas Gerais, a qual resultou em R\$ 70.579.703.124,16 (setenta bilhões, quinhentos e setenta e nove milhões, setecentos e três mil, cento e vinte e quatro reais e dezesseis centavos)⁸,

⁷ Os créditos autorizados correspondem aos créditos iniciais para efeito do orçamento de 2020 da DPMG, visto que não houve abertura de créditos adicionais ou anulações.

⁸ Publicado no Órgão Oficial do Estado – jornal “Minas Gerais” – Diário do Executivo em 02/03/2021, páginas 8 e 9.

verifica-se que a despesa de pessoal da Defensoria Pública representa 0,48% sobre a RCL do Estado, podendo ser assim demonstrado:



Fonte: Dados extraídos do sítio eletrônico jornalminasgerais.mg.gov.br, acesso em 21/04/2021.

Nos termos das Instruções Normativas nº 01/2001 e nº 05/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, vigentes no exercício de 2020, a despesa líquida com pessoal na DPMG foi de R\$ 200.914.094,11 (duzentos milhões, novecentos e quatorze mil, noventa e quatro reais e onze centavos), representando 0,28% da RCL estadual.

Em observância ao que dispõe o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF –, apresenta-se a seguir, o demonstrativo da despesa com pessoal da DPMG referente ao 3º quadrimestre de 2020⁹.

Em que pese as defensorias públicas não possuírem limites expressos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000), visto que sua inclusão como órgão de autonomia orçamentário-financeira ocorreu após a edição da LRF, o órgão deverá preencher os demonstrativos do RGF, excetuando-se a parte dos limites, tendo em vista a determinação contida no Acórdão nº 2153/2014 – TCU – Plenário. (MDF - 10ª Ed., 2019, p. 502)

⁹ Publicado no Órgão Oficial do Estado – jornal “Minas Gerais” – Diário do Executivo em 29/01/2021, página 2.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL

3º Quadrimestre: Janeiro/2020 a Dezembro/2020

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹	TOTAL
	(a)	(b)	(c = a + b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	339.189.673,55	0,00	339.189.673,55
Pessoal Ativo	314.043.130,56	0,00	314.043.130,56
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	261.423.826,15	0,00	261.423.826,15
Obrigações Patronais	51.902.230,54	0,00	51.902.230,54
Benefícios Previdenciários	717.073,87	0,00	717.073,87
Pessoal Inativo e Pensionistas	25.146.542,99	0,00	25.146.542,99
Aposentadorias, Reserva e Reformas	25.146.542,99	0,00	25.146.542,99
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	113.129.036,45	0,00	113.129.036,45
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de decisão judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores - Elemento 92 ²	31.416.939,45	0,00	31.416.939,45
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados - Procedência 5 ³	81.712.097,00	0,00	81.712.097,00
DESPESAS TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)	226.060.637,10	0,00	226.060.637,10
Notas: (1) Não houve despesas registradas em Restos a Pagar não Processados relativo a folha de Pessoal; (2) Despesas relativas às Folhas de indenizações, RRA-Recebimentos recebidos acumuladamente, Vencimentos deixados e outros; (3) Despesas consoantes os termos da Instrução nº 01/2001 de 21/04/2001 e da Instrução nº 05/2001 de 19/12/2001 do TCEMG.			

FONTE: SIAFI-MG/SPGF/DCF/SGPSO

RGF - Anexo I (LRF, art.55, inciso I, alínea "a") - c/c Instruções 01 e 05 de 2001 do TCEMG

DESPESA COM PESSOAL (Consolidação)	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹	TOTAL
	(a)	(b)	(c = a + b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	339.189.673,55	0,00	339.189.673,55
Pessoal Ativo	314.043.130,56	0,00	314.043.130,56
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	261.423.826,15	0,00	261.423.826,15
Obrigações Patronais	51.902.230,54	0,00	51.902.230,54
Benefícios Previdenciários	717.073,87	0,00	717.073,87
Pessoal Inativo e Pensionistas	25.146.542,99	0,00	25.146.542,99
Aposentadorias, Reserva e Reformas	25.146.542,99	0,00	25.146.542,99
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	138.275.579,44	0,00	138.275.579,44
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de decisão judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores - Elemento 92 ²	31.416.939,45	0,00	31.416.939,45
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados - Procedência 5 ³	106.858.639,99	0,00	106.858.639,99
DESPESAS TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)	200.914.094,11	0,00	200.914.094,11
Notas: (1) Não houve despesas registradas em Restos a Pagar não Processados relativo a folha de Pessoal; (2) Despesas relativas às Folhas de indenizações, RRA-Recebimentos recebidos acumuladamente, Vencimentos deixados e outros; (3) Despesas consoantes os termos da Instrução nº 01/2001 de 21/04/2001 e a Instrução nº 05/2001 de 19/12/2001 do TCEMG			

FONTE: SIAFI-MG/SPGF/DCF/SGPSO

IV AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CAPUT DO ART. 5º DA LEI N. 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Este item tem por finalidade verificar se a Defensoria Pública observou, no exercício de 2020, as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

A Auditoria Interna realizou análise, mediante amostragem, e avaliou os processos que envolveram pagamento das obrigações da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, sendo constatado que foi obedecida, para a fonte 10 – Recursos Ordinários – no exercício financeiro sob análise, a ordem cronológica das datas da exigibilidade para os pagamentos realizados, tendo sido cumprido, desse modo, o previsto no caput do art. 5º da Lei n. 8.666/1993.

V AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICÁCIA E À EFICIÊNCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

V.I GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

V.I.a – Das Receitas Orçamentárias

O demonstrativo a seguir evidencia as receitas auferidas pela DPMG, no exercício de 2020, no valor de R\$ 1.046.075,20 e apresenta as variações relevantes dentre as principais receitas auferidas, se comparadas aos valores arrecadados no exercício de 2020.

TABELA 8 – Demonstrativo das receitas orçamentárias

Descrição	Fonte	Valor Arrecadado 2020	Valor Arrecadado 2019	AH % 20/19
Receitas Correntes (I)		R\$ 1.008.005,20	R\$ 3.323.110,19	-69,67
Receita Patrimonial	60.1	R\$ 854.260,64	R\$ 1.048.110,43	-18,50
Receita de Serviços	60.1	R\$ 0,00	R\$ 2.258.962,40	-100,00
Outras Receitas Correntes	60.1	R\$ 153.744,56	R\$ 16.037,36	858,67
Receitas de Capital (II)		R\$ 38.070,00	R\$ 50.150,00	-24,09
Alienação de Bens	47.1	R\$ 38.070,00	R\$ 50.150,00	-24,09
Total (I) + (II)		R\$ 1.046.075,20	R\$ 3.373.260,19	-68,99

Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Modernização/DPMG.

Em relação à Receita de Serviços, destaca-se que em 2019 houve o ingresso de receita de serviços não recorrentes, em face da realização do VIII concurso público para ingresso na carreira da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – cargo de Defensor Público na classe inicial. Assim, explica-se a expressiva redução dos valores arrecadados no comparativo entre os exercícios.

No que tange à variação percentual de aproximadamente 859% em Outras Receitas Correntes, no comparativo entre os exercícios, a Diretoria de Finanças, Pagamentos e Contabilidade informou que tais valores arrecadados em 2020 são decorrentes de restituições de despesas miúdas; restituições de

diárias não aplicadas e outros créditos incomuns que não se enquadram nas demais “origens” da classificação por natureza da receita. Destacou, ainda, que o valor mais expressivo arrecadado em 2020 com Outras Receitas Correntes (R\$ 112.366,38) diz respeito a acerto na folha de pagamento ocorrido em função do falecimento de Defensora Pública.

V.I.b – Da Execução Orçamentária das Despesas

O orçamento anual, aprovado na Lei nº 23.579, de 15 de janeiro de 2020, estimou receita em R\$ 97.181.597.237,00 (noventa e sete bilhões cento e oitenta e um milhões quinhentos e noventa e sete mil duzentos e trinta e sete reais) e fixou despesa em R\$110.473.788.611,00 (cento e dez bilhões quatrocentos e setenta e três milhões setecentos e oitenta e oito mil seiscentos e onze reais) para o orçamento fiscal do Estado, sendo destinado para a Defensoria Pública – DPMG, a importância de R\$ 551.543.898,00 (quinhentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e quarenta e três mil e oitocentos e noventa e oito reais), representando, aproximadamente, 0,50% da despesa total fixada para o Estado.

A execução se deu da seguinte forma:

TABELA 9 – Demonstrativo da execução orçamentária da DPMG - Exercício 2020

Defensoria Pública	Dotação Atualizada (R\$) A	Despesas Empenhadas (R\$) B	Despesas Liquidadas (R\$) C	Despesas Pagas (R\$) D	Saldo (R\$) E = (A-B)
	551.543.898,00	529.813.434,45	517.257.298,37	515.471.145,29	21.730.463,55

Fonte: Armazém Siafi – Business Object (BO).

De acordo com a tabela acima é possível inferir que as ações da Defensoria Pública, durante o exercício, resultaram em despesas empenhadas correspondentes a 96,06% da dotação atualizada e pagos 97,29% dos empenhos efetuados.

Segundo informações prestadas pela SGPF/DPMG, no exercício de 2020 houve a necessidade de remanejamento no valor de R\$ 57.591,31 (cinquenta e sete mil reais, quinhentos e noventa e um reais e trinta e um centavos), para adequar a Modalidade de Aplicação que anteriormente estava prevista na modalidade 90 (Aplicações Diretas) e passou a ser 91 (Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal), utilizada nas despesas com cessão onerosa ao TJMG e à Sejus.

Baseado no Anexo 01 da Lei Federal nº 4.320/64, a tabela a seguir demonstra a utilização das dotações orçamentárias nos níveis de Categoria Econômica da Defensoria Pública.

TABELA 10 – Anexo 01 da Lei nº 4.320/64 - Exercício 2020

Título	Valor (R\$)	AV %
Despesas Correntes	522.142.085,57	100%
Pessoal e Encargos sociais	452.318.710,00	86,63%
Outras despesas correntes	69.823.375,57	13,37%
Despesas de Capital	7.671.348,88	100%
Investimentos	7.671.348,88	100 %
Total	529.813.434,45	100%

Fonte: Armazém Siafi – Business Object (BO).

Da análise da utilização das dotações orçamentárias evidenciadas na tabela acima, observa-se que 98,55% foram realizadas com Despesas Correntes, sendo que, deste total, 86,63% no grupo de despesa Pessoal e Encargos Sociais e 13,37% em Outras Despesas Correntes; e 1,45% em Despesas de Capital, sendo a totalidade empregada no grupo de despesa Investimentos.

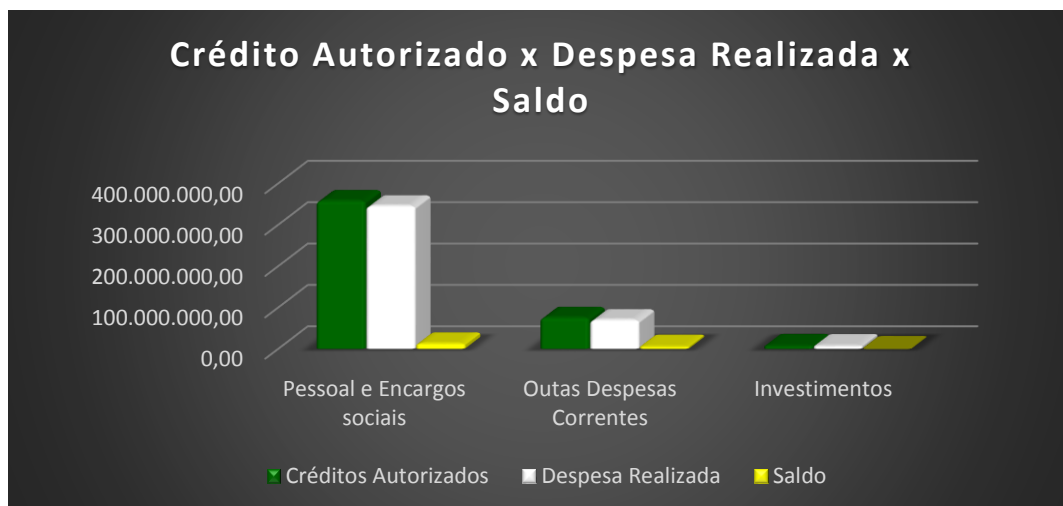
Apresenta-se a seguir o comparativo entre os créditos autorizados e as despesas realizadas no âmbito da DPMG, em 2020, por Grupo de Despesa e Fonte de Recursos.

TABELA 11 – Comparativo: Crédito Autorizado x Despesa Realizada (em reais)

Grupo de Despesa/ Fonte/ Procedência	Crédito Inicial	Suplemen tação	Anulação	Créditos Autorizados	Despesa Realizada	Saldo
1 - Pessoal e Encargos sociais						
10.1	358.005.361,00	-	-	358.005.361,00	345.269.148,77	12.736.212,23
10.9	1.000,00	-	-	1.000,00	0,00	1.000,00
42.5	49.370.130,00	-	-	49.370.130,00	49.370.130,00	0,00
43.5	32.341.967,00	-	-	32.341.967,00	32.341.967,00	0,00
58.5	28.287.903,00	-	-	28.287.903,00	25.337.464,23	2.950.438,77
Subtotal (I)	468.006.361,00	-	-	468.006.361,00	452.318.710,00	15.687.651,00
3 - Outras Despesas Correntes						
10.1	62.825.846,00	-	-	62.825.846,00	58.654.773,79	4.171.072,21
10.7	11.900.000,00	-	-	11.900.000,00	11.168.601,78	731.398,22
60.1	811.691,00	-	-	811.691,00	0,00	811.691,00
Subtotal (II)	75.537.537,00	-	-	75.537.537,00	69.823.375,57	5.714.161,43
4 - Investimentos						
10.1	8.000.000,00	-	-	8.000.000,00	7.671.348,88	328.651,12
Subtotal (III)	8.000.000,00	-	-	8.000.000,00	7.671.348,88	328.651,12
TOTAL (I) + (II) + (III)	551.543.898,00	-	-	551.543.898,00	529.813.434,45	21.730.463,55

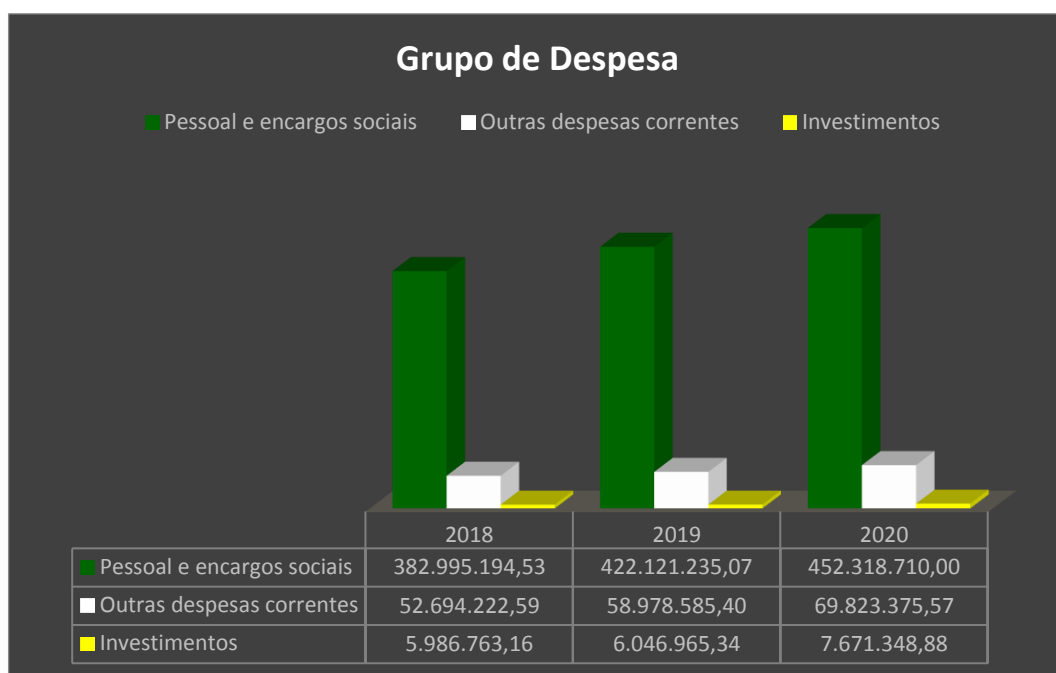
Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Modernização/DPMG.

O gráfico abaixo demonstra o comparativo entre os créditos autorizados em confronto com as despesas realizadas e o saldo remanescente, por grupo de despesa, no âmbito do exercício financeiro de 2020 da DPMG.



Fonte: Armazém Siafi – Business Object (BO).

A evolução das despesas nos três últimos anos por Grupo de Despesa é demonstrada no gráfico abaixo:



Fonte: Armazém Siafi – Business Object (BO).

Ao observar a imagem do gráfico acima, é possível averiguar que a evolução das despesas da DPMG tem aumentado gradualmente, sem grandes saltos, zelando pela economia do dinheiro público.

As despesas registradas no Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais, Grupo 3 – Outras Despesas Correntes e Grupo 4 – Investimentos em nível de detalhamento por natureza da despesa estão evidenciadas na Tabela 12 adiante:

TABELA 12 – Detalhamento da Despesa Realizada por Natureza da Despesa (em reais)

Programa - Código	Projeto_ Atividade - Código	Natureza Despesa - Código	Elemento Despesa - Descrição	Valor Despesa Empenhada	Valor Despesa Realizada
1 – Pessoal e Encargos Sociais (I)				452.318.710,00	452.318.710,00
705	7006	319001	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	106.518.294,99	106.518.294,99
726	4193	319005	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	5,76	5,76
726	4193	319007	CONTRIBUICAO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	738.627,54	738.627,54
726	4193	319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	261.423.820,39	261.423.820,39
726	4193	319013	OBRIGACOES PATRONAIS	717.073,87	717.073,87
705	7006	319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	190.921,24	190.921,24
726	4193	319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	31.226.018,21	31.226.018,21
705	7006	319113	OBRIGACOES PATRONAIS	340.345,00	340.345,00
726	4193	319113	OBRIGACOES PATRONAIS	51.163.603,00	51.163.603,00
3 – Outras Despesas Correntes (II)				69.823.375,57	69.823.375,57
726	2068	339014	DIARIAS - CIVIL	7.354,45	7.354,45
726	4150	339014	DIARIAS - CIVIL	59.900,00	59.900,00
726	2068	339030	MATERIAL DE CONSUMO	399,00	399,00
726	4150	339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.399.214,45	1.399.214,45
726	2068	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	22.095,28	22.095,28
726	4150	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	60.198,25	60.198,25
726	2068	339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	14.735,00	14.735,00
726	2068	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	125,40	125,40
726	4150	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	7.771.129,96	7.771.129,96
726	4150	339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	26.404.292,35	26.404.292,35
726	2068	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	284.319,04	284.319,04
726	4150	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	15.676.282,06	15.676.282,06
726	4150	339040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	5.989.564,30	5.989.564,30
726	4150	339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	77.517,00	77.517,00
726	4193	339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	11.162.224,48	11.162.224,48

Programa - Código	Projeto_ Atividade - Código	Natureza Despesa - Código	Elemento Despesa - Descrição	Valor Despesa Empenhada	Valor Despesa Realizada
726	4150	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	121.636,20	121.636,20
726	4193	339049	AUXILIO-TRANSPORTE	6.377,30	6.377,30
726	4150	339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	257.188,50	257.188,50
726	4150	339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	339.231,24	339.231,24
726	2068	339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	758,54	758,54
726	4150	339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	125.313,84	125.313,84
726	4150	339193	INDENIZACOES E RESTITUICOES	43.518,93	43.518,93
4 – Investimentos (III)				7.671.348,88	7.671.348,88
726	4150	449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	34.524,90	34.524,90
726	4150	449040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	1.406.297,70	1.406.297,70
726	4150	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.230.526,28	6.230.526,28
Total (I) + (II) + (III)				529.813.434,45	529.813.434,45

Fonte: Armazém Siafi – Business Object (BO).

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, em cumprimento às suas atribuições constitucionais e legais, exerce a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

Para exercer a sua função de assistir aos necessitados, judicial e extrajudicialmente, em 2020 a DPMG esteve presente em 110 unidades das 297 comarcas no Estado de Minas Gerais, atingindo um total de 1.981.168 prestações jurídicas.

Dentre as ações executadas no exercício sob análise relativo à assistência extrajudicial, destacam-se as seguintes: Casamento Comunitário; Mutirão das Famílias; Defensoria Pública nas Escolas de Ensino Médio; Direito a Ter Pai – 8ª Edição Estadual; Atendimentos Itinerantes; Serviço de qualificação estratégica da atuação da DPMG na 2ª instância; Expansão dos centros de conciliação e mediação da DPMG para o interior; Celebração de Termo de compromisso entre a DPMG e a Vale S.A que estabeleceu um canal de solução extrajudicial para as demandas individuais de direitos patrimoniais em favor dos atingidos pelo rompimento da barragem de Brumadinho.

A análise e avaliação dos relatórios apresentados pela Assessoria de Administração Estratégica e Inovações e as informações constantes do portal eletrônico do órgão permite constatar que a Defensoria pública do Estado de Minas Gerais vem cumprindo grande parte das metas propostas no seu Planejamento Estratégico Institucional e em seu Plano Geral de Atuação, que também se configuram em mecanismos de avaliação da eficiência do órgão quanto à sua atividade finalística, demonstrando, assim, eficiência na gestão dos recursos que lhe são destinados para o cumprimento de sua missão institucional, já que do total de recursos que lhe foram disponibilizados, executou 96%.

V.II GESTÃO FINANCEIRA**V.II.a.1 – Das Conciliações Bancárias****TABELA 13 – Conciliações Bancárias - 31/12/2020 (em reais)**

Conta	Banco	Saldo Contábil (a)	Saldo Bancário (b)	Diferença (b) - (a)
7.644-9	Banco do Brasil	32.371.415,94	32.367.725,23	(3.690,71)
20.842-6	Banco do Brasil	4.681.970,54	4.681.970,54	0,00
TOTAL		37.053.386,48	37.049.695,77	(3.690,71)

Fonte: Diretoria de Finanças, Pagamento e Contabilidade/DPMG.

De acordo com o demonstrativo acima, a DPMG apresentou, no encerramento do exercício financeiro de 2020, o valor total de R\$ 37.049.695,77 de saldo em suas contas bancárias. Consoante informação da SPGF acerca da diferença apurada entre o saldo contábil e saldo bancário na conta 7.644-9, foi nos informado que se refere a saldo remanescente em 31/12/2020, não aplicável no Fundo Diferenciado em razão de ser inferior a R\$ 10.000,00.

A seguir, destacamos as ocorrências relativas a cada conta bancária:

Conta Corrente nº 7.644-9 (Defensoria Publ. Duodécimo)

Trata-se da principal conta de ingressos dos repasses duodecimais; restituições de despesas miúdas; alienações de bens móveis e doações (quando ocorra); além de responsável pelos registros de débitos aos credores da DPMG.

Conforme depreende da tabela 13, o valor evidenciado no extrato bancário foi de R\$ 32.367.725,23 e na conta contábil de R\$ 32.371.415,94.

Conta Corrente nº 20.842-6 (Defensoria VII Concurso)

Refere-se conta específica para registro das inscrições de candidatos aos concursos públicos à carreira de defensor público, quando ocorrer, bem como os registros dos juros de aplicação sobre o principal.

Apresentou, no final do exercício de 2020, saldo bancário e contábil no valor de R\$ 4.681.970,54.

V.II.a.2 – Da Disponibilidade Financeira

A DPMG possui inscrito nas contas contábeis “Banco Conta Movimento” e “Aplicações Financeiras” o valor de R\$ 36.804.273,02.

As obrigações registradas no Passivo Circulante (R\$ 2.589.955,20), Restos a Pagar não Processados (R\$ 12.708.543,44), Restos a Pagar não Processados em Liquidação (R\$ 430.900,00) e Restos a Pagar Processados (R\$ 1.959.238,28) totalizam R\$ 17.688.636,92.

Desse modo, fica evidenciado que foi respeitado o limite de disponibilidade financeira para efeito de compromissos assumidos pela Defensoria Pública, considerando os recursos financeiros disponíveis em 31 de dezembro de 2020.

V.II.b – Dos Repasses Recebidos pela DPMG

Os repasses encontram-se evidenciados na tabela 14 abaixo:

TABELA 14 – Demonstrativo resumido dos repasses financeiros – Exercício 2020

Fontes De Recursos	Do Exercício (R\$)	Restos a Pagar (R\$)	Total Anual (R\$)
10	406.454.178,03	21.225.965,20	427.680.143,23
42	47.571.368,07	1.798.761,93	49.370.130,00
43	29.754.253,54	2.587.713,46	32.341.967,00
58	23.723.807,12	1.613.657,11	25.337.464,23
Total	507.503.606,76	27.226.097,70	534.729.704,46

Fonte: Diretoria de Finanças, Pagamento e Contabilidade/DPMG.

O total de repasses de recursos advindos do Tesouro Estadual no exercício de 2020 foi de R\$ 534.729.704,46, sendo que, desse total, R\$ 507.503.606,76 foram utilizados para atender a despesas do exercício 2020 e o restante, R\$ 27.226.097,70, para os Restos a Pagar de exercícios anteriores.

V.II.c – Dos Pagamentos de Despesa de Exercícios Anteriores (DEA)

Verifica-se que no exercício sob análise houve o pagamento de R\$ 31.674.127,95 classificados sob o Elemento de Despesa 92 – DEA.

TABELA 15 – Despesas realizadas durante o exercício de 2020, utilizando-se a Natureza de Despesa 3.3.90.92 – Despesa de Exercícios Anteriores

Unid. Executora	Elem/Item	Fonte	Número Empenho	Data Empenho	Valor Desp. Empenhada	Data Pagamento	Credor
1440003	9201	10.1	13	28/01/2020	31.226.018,21	-	FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL
1440003	9201	58.5	21	28/01/2020	190.921,24	-	FOLHA APOSENTADOS
Subtotal					31.416.939,45		
1440005	9202	10.1	62	18/02/2020	275,97	20/02/2020	DEPARTº MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
1440005	9202	10.1	67	03/03/2020	10.760,00	10/03/2020	PRESTAR ADVANCED SERVICOS LTDA
1440005	9202	10.1	63	18/02/2020	163,02	20/02/2020	SAAE - SERV.AUT. AG/ESGOTO - ITAUNA
1440005	9202	10.1	69	10/03/2020	12.776,04	10/03/2020 11/03/2020	SERASA S/A
1440005	9202	10.1	71	10/03/2020	2.777,87	10/03/2020	SERASA S/A
1440011	9202	10.1	19	20/01/2020	15.365,36	23/01/2020	ACOM EMPREEND. IMOBILIARIOS LTDA
1440011	9202	10.1	189	19/03/2020	3.959,64	06/04/2020	ARTE INFORMATICA LTDA
1440011	9202	10.1	86	22/01/2020	2.596,80	21/05/2020	B F DOS SANTOS- RESTAURANTE -ME

Unid. Executora	Elem/Item	Fonte	Número Empenho	Data Empenho	Valor Desp. Empenhada	Data Pagamento	Credor
1440011	9202	10.1	144	03/02/2020	132.023,31	04/02/2020	CONSTRUTORA MIQUERINOS LTDA
1440011	9202	10.1	4	17/01/2020	11.760,00	23/01/2020	DIAMOND PARA DE MINAS INCORP. IMOB. LT
1440011	9202	10.1	21	20/01/2020	4.559,87	23/01/2020	IMOVEIS BRUNO LARA LTDA
1440011	9202	10.1	128	24/01/2020	2.641,27	27/01/2020	LUIZ ROBERTO MOREIRA DE CARVALHO
1440011	9202	10.1	179	09/03/2021	312,82	10/03/2020	MERCADO CEOLIN LTDA
1440011	9202	10.1	20	20/01/2020	26.905,98	23/01/2020	METRON DESENVOLV. URBANO LTDA
1440011	9202	10.1	18	20/01/2020	4.363,60	23/01/2020	OLIVEIRA IMOVEIS LTDA -ME
1440011	9202	10.1	259	09/06/2020	13.998,50	12/06/2020	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
1440011	9202	10.1	237	21/05/2020	1.345,57	22/05/2020	TELEMAR NORTE LESTE S/A
1440011	9202	10.1	238	21/05/2020	349,33	22/05/2020	TELEMAR NORTE LESTE S/A
1440011	9202	10.1	137	27/01/2020	10.253,55	28/01/2020	VISAO EMPREEND. E PARTICIPACOES LTDA
Subtotal					257.188,50		
Total Despesa Empenhada					31.674.127,95		
Total Despesa Realizada					31.674.127,95		

Fonte: Armazém Siafi – Business Object (BO).

Da análise da tabela acima, constata-se que a classificação da despesa no Elemento-item 9201 (DEA de Folha de Pessoal) corresponde a 99,19% da despesa total DEA para o exercício financeiro de 2020, já a classificação no Elemento-item 9202 (DEA de Despesas Correntes) representa 0,81% do total.

Cumprе salientar que, conforme justificativa apresentada pela SPGF, 98,44% do valor de DEA, isto é, R\$ 31.180.172,51 (trinta e um milhões, cento e oitenta mil, cento e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos) são referentes aos pagamentos de indenizações de férias, com base na Lei Complementar nº 141/2016.

Elencamos a seguir, as justificativas apresentadas pela Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças (SPGF) quanto à utilização dos pagamentos por DEA, encaminhadas por meio do Memo nº 03/2021/ SPGF/ DPMG, de 6 de maio de 2021.

- Em relação aos Empenhos nº 13 e 21 (U.E. 1440003):
 “As Despesas lançadas no elemento 92.01, refere-se a folha de pessoal são verbas especificadas no ‘Resumo da Folha Analítica’ (SGPSO) - Ativo e Inativo com as seguintes descrições:
 - Despesas acumulativas de exercícios anterior - Acertos;
 - Despesas acumulativas de exercícios anterior - OPE - Espólios;
 - Indenizações;

- RRA – Rendimentos Recebidos Acumuladamente;
- Atrasos de Exercício Anterior;
- Ressaltamos que os valores estão presentes no Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre do Exercício de 2020, devidamente justificado de igual modo.
- Cabendo-nos, ainda, acrescentar que dos R\$31.226.018,21 (empenho 13/2020) que figuram como ‘Folha de Pagamentos de Pessoal’, R\$ 31.180.172,51 correspondem ao pagamento de indenizações de férias, em consonância com a Lei Complementar 141/2016.”
- Em relação ao Empenho nº 62 (U.E. 1440005):
“Insuficiência do saldo empenhado para acobertar as contas de nov. e dezembro de 2020”
- Em relação aos Empenhos nº 67, 69, 71 (U.E. 1440005), 4, 18, 19, 20, 21, 128, 137, 144, 179, 237 e 238 (U.E. 1440011):
“Impossibilidade de reforço de empenho em razão da situação de credenciamento irregular do credor.”
- Em relação ao Empenho nº 63 (U.E. 1440005):
“Insuficiência do saldo empenhado para acobertar a conta do mês de dezembro de 2020.”
- Em relação ao Empenho nº 189 (U.E. 1440011):
“O saldo não foi suficiente para cobrir os serviços devido a solicitação de reforço por parte do gestor ter ocorrido posterior ao encerramento do exercício.”
- Em relação ao Empenho nº 86 (U.E. 1440011):
“Insuficiência do saldo empenhado para acobertar a Nota Fiscal do mês de dezembro de 2020.”
- Em relação ao Empenho nº 259 (U.E. 1440011):
“Saldo insuficiente decorrente do reequilíbrio financeiro concedido pela Defensoria Pública de MG.”

A tabela a seguir, evidencia a evolução da execução da despesa para o Elemento de Despesa 92 – Despesa de Exercício Anterior (DEA), de 2018 a 2020:

Tabela 16 – Variação da Execução da Despesa por Elemento – Período 2018 a 2020

Elemento despesa – Código	Descrição do Elemento de Despesa	Valores Pagos em 2020	Valores Pagos em 2019	Valores Pagos em 2018	AH % 2020/2019	AH % 2020/2018
92	DEA	31.674.127,95	16.058.864,06	19.574.412,77	97,24	60,50

Fonte: Armazém Siafi – Business Object (BO).

Da análise da execução da despesa classificada como DEA, tendo como ano-base o de 2020, verifica-se que em comparação ao exercício financeiro de 2019 houve um acréscimo de 97,24% e de 60,50% comparado com 2018. Conforme mencionado anteriormente, cabe ressaltar que o aumento expressivo dos valores de DEA utilizados em 2020 refere-se a despesa com pagamento de indenizações de férias (R\$ 31.180.172,51), com base na Lei Complementar nº 141/2016.

V.II.d – Dos Pagamentos de Despesa de Indenizações

Verifica-se que no exercício sob análise houve o pagamento de R\$ 361.204,30 classificados sob o Elemento de Despesa 93 – Indenizações.

TABELA 17 – Despesas realizadas durante o exercício de 2020, utilizando-se a Natureza de Despesa 3.3.90.93 – Indenizações

Unid. Executora	Elem/Item	Fonte	Número Empenho	Data Empenho	Valor Despesa Empenhada	Data Pagamento	Credor
1440011	9399	10	372	21/12/2020	339.231,24	23/12/2020	DISTRIVISA COM. LOCAÇÃO E SERV. S/A
1440011	9329	10	122	23/01/2020	43.518,93	-	SECRET. ESTADO DE ADMINIST. PRISIONAL
Total Despesa Empenhada					382.750,17		
Total Despesa Realizada					361.204,30		

Fonte: Armazém Siafi – Business Object (BO).

Elencamos a seguir, as justificativas apresentadas pela Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças (SPGF) quanto à utilização dos pagamentos por DEA, encaminhadas por meio do Memo nº 03/2021/ SPGF/ DPMG, de 6 de maio de 2021.

- Em relação ao Empenho nº 372 (U.E. 1440011):
 “Trata-se de registro para cobrir as despesas por indenização, relativas aos serviços de outsourcing de impressão, prestados após o encerramento do contrato, mas sem dano ao erário e sem conduta que responsabilizasse qualquer agente externo ou interno.”
- Em relação ao Empenho nº 372 (U.E. 1440011):
 “Trata-se de registro para cobrir as despesas de ressarcimento sobre remuneração dos presos em trabalho, classificado conforme orientação da Diretoria Central de Planejamento, Programação e Normas - DCPPN/SEPLAG, conforme anexos”

Da análise do processo de pagamento relativo ao empenho nº 372/2020, verifica-se o memorando nº 115/2020/STI, de 11/12/2020, encaminhado pelo Superintendente de Tecnologia da Informação (STI) da DPMG à Subdefensora Pública-Geral (SubDPG), apresentando justificativa do pagamento por indenização, acerca do contrato vencido (nº 9051438/2016). A Subdefensora despachou o procedimento ao Assessor de Planejamento e Infraestrutura da Defensoria Pública-Geral para análise e considerações, o qual manifestou-se mediante despacho, que foi acolhido, integralmente, pela SubDPG, que determinou a realização dos pagamentos. Do procedimento consta também as notas fiscais atestadas, notas de empenho, liquidação e pagamento. Ressalva-se que na parte final do despacho exarado pelo referido Assessor, é informado que não se vislumbra, pela narrativa dos fatos constantes do memorando, dano ao erário e nem conduta que indique responsabilidade de qualquer dos agentes externos e internos.

A tabela a seguir, evidencia a evolução da execução da despesa para o Elemento de Despesa 93 – Indenizações, de 2018 a 2020:

Tabela 18 – Variação da Execução da Despesa por Elemento – Período 2018 a 2020

Elemento despesa – Código	Descrição do Elemento de Despesa	Valores Pagos em 2020	Valores Pagos em 2019	Valores Pagos em 2018	AH % 2020/2019	AH % 2020/2018
93	Indenização	361.204,30	20.347,23	136.038,02	1.675,20	165,52

Fonte: Armazém Siafi – Business Object (BO).

Da análise evolutiva da execução da despesa classificada como Indenizações, tendo como ano-base o de 2020, verifica-se que em comparação ao exercício financeiro de 2019 houve um acréscimo de 1.675,20% e de 165,52% comparado com 2018.

V.II.e – Dos Pagamentos de Encargos Financeiros

Verifica-se que no exercício sob análise houve o pagamento de despesas classificado sob o Elemento-Item de Despesa 39.26 – Encargos Financeiros, que totalizaram R\$ 2.501,36.

TABELA 19 – Despesas realizadas durante o exercício de 2020, utilizando-se a Natureza de Despesa 3.3.90.39.26 - Encargos financeiros

Unid. Executora	Elem/Item	Fonte	Número Empenho	Data Empenho	Despesa Empenhada	Data Pagamento	Credor
1440005	3926	10	59	10/02/2020	1,36	11/02/2020	PM ALEM PARAIBA
1440011	3926	10	297	30/07/2020	2.500,00	30/07/2020	MINISTERIO DA FAZENDA - ORGAO CENTRAL
Total Despesa Empenhada					2.501,36		
Total Despesa Realizada					2.501,36		

Fonte: Armazém Siafi – Business Object (BO).

Elencamos a seguir, as justificativas apresentadas pela Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças (SPGF) quando da realização de despesas utilizando-se o elemento-item 39.26 (Encargos Financeiros), encaminhadas por meio do Memo nº 03/2021/ SPGF/ DPMG, de 6 de maio de 2021.

- Em relação ao Empenho nº 59 (U.E. 1440005):
“Multa gerada por atraso em guia de ISSQN, restituída por servidor.”
- Em relação ao Empenho nº 297 (U.E. 1440011):
“Multa gerada pelo atraso no envio da DCTF dos exercícios de 2016; 2017; 2018; 2019 e 2020 - anteriormente amparados pela Medida Liminar na ACO nº 1098, que concedia isenção a todos os Órgãos do Estado (Adm. direta) da entrega da referida Declaração. Contudo, sendo julgada improcedente pelo STF e cassada pelo acórdão publicado em 1/06/2020, fomos orientados a realizar tais acertos pelos Ofícios Circulares SEF/GAB. Nº 02/2020 e 03/2020, com posterior encaminhamento à AGE que ajuizará Ação Judicial por impugnação para retituição desses valores.”

A tabela a seguir, evidencia a evolução da execução da despesa para o Elemento-Item de Despesa 3926 – Encargos Financeiros, de 2018 a 2020:

Tabela 20 – Variação da Execução da Despesa por Elemento – Período 2018 a 2020

Elemento-Item despesa – Código	Descrição do Elemento-item de Despesa	Valores Pagos em 2020	Valores Pagos em 2019	Valores Pagos em 2018	AH % 2020/2019	AH % 2020/2018
3926	Encargos Financeiros	2.501,36	1.213,00	607,14	106,21	311,99

Fonte: Armazém Siafi – Business Object (BO).

Da análise evolutiva das despesas classificadas sob o Elemento-Item de Encargos Financeiros, tendo como ano-base o de 2020, verifica-se um aumento da ordem de 566,89% em relação ao exercício de 2019 e um aumento ainda maior em relação ao ano de 2018, representando uma variação de 311,99%.

Consoante justificativa apresentada pela SPGF, verifica-se que, em 2020, o valor relativo ao empenho nº 297, devido ao fato externo a administração da DPMG de 2020, impactou negativamente a análise no comparativo entre os exercícios, conforme observado na tabela acima. Ressalta-se, ainda, que houve abertura de Procedimento Interno de Apuração, PIA nº 03/2020, que concluiu pelo arquivamento.

V.III GESTÃO PATRIMONIAL

V.III.a – Dos Restos a Pagar

Verifica-se o montante de R\$ 15.098.681,72 inscritos em Restos a Pagar em 31/12/2020, sendo que R\$ 13.139.443,44 se refere a Restos a Pagar não Processados (RPNP) e R\$ 1.959.238,28 a Restos a Pagar Processados (RPP).

Apresenta-se a seguir o saldo discriminado por exercício:

Tabela 21 – Restos a Pagar inscritos

Exercício	Valores (R\$)
Inscritos RPNP 2016	R\$ 36.007,18
Inscritos RPNP 2018	R\$ 20.799,16
Inscritos RPNP 2019	R\$ 526.501,02
Inscritos RPNP 2020	R\$ 12.556.136,08
Subtotal RPNP (I)	R\$ 13.139.443,44
Inscritos RPP 2019	R\$ 173.085,20
Inscritos RPP 2020	R\$ 1.786.153,08
Subtotal RPP (II)	R\$ 1.959.238,28
Total (I) + (II)	R\$ 15.098.681,72

Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Modernização/DPMG.

V.III.b – Das Comissões de Inventário

Em 28 de outubro de 2020, foram editadas as Resoluções nº 313 e 314 pelo Defensor Público-Geral, que estabeleceu procedimentos para realização do Encerramento do Exercício Financeiro de 2020 no âmbito da DPMG, bem como a instituição das comissões inventariantes.

Adicionalmente as resoluções supramencionadas, o Defensor Público-Geral expediu o Memorando Circular nº 03/2020/DPMG, de 05 de novembro de 2020, que apresenta orientações aos defensores, servidores e funcionários do órgão quanto a procedimentos a serem observados para efeito da elaboração do Inventário Físico Anual.

Por meio da Resolução nº 313/2020 foi instituída a comissão para “promover o levantamento físico dos materiais em almoxarifado ou em outras unidades que se fizerem necessárias, a critério da Superintendência de recursos Logísticos e Infraestrutura, dos bens patrimoniais em uso, estocados, cedidos e/ou recebidos em cessão, inclusive imóveis, que são o objeto de registro nos Ativos Permanentes Compensados e no Passivo Compensado”. Além de estabelecer procedimentos e prazos a serem observados pelas unidades da DPMG, para efeito do Encerramento do Exercício Financeiro.

Cumprir destacar que, em razão da pandemia do coronavírus e a consequente limitação das atividades presenciais do órgão, a metodologia aplicada para o inventário de 2020 foi também adaptada, consoante verifica-se do excerto a seguir da Resolução nº 313:

Art. 5º A realização do inventário físico dos bens permanentes, com data-base de 29 de outubro de 2020, é de responsabilidade dos Coordenadores Locais, sob supervisão dos Coordenadores Regionais, dos Coordenadores Regionais da Capital, das Coordenações de cada Especializada, da Corregedoria-Geral, da Chefia de Gabinete, da Secretaria do Conselho Superior, da Coordenação da Esdep, dos Superintendentes e Coordenadores de Setor, e sua conclusão será encaminhada à presidência da Comissão Inventariante até o dia 27 de novembro de 2020.

(...)

§ 2º A Comissão Inventariante irá disponibilizar, por meio de aplicativo do “Office 365”, a relação com a descrição dos bens móveis a serem inventariados a seus respectivos responsáveis.

A Resolução nº 314/2020, refere-se à instituição de comissão para “promover o levantamento da dívida dos grupos do Passivo Circulante e Passível Exigível a Curto e Longo Prazo, bem como o levantamento do inventário físico-financeiro dos valores em tesouraria”.

V.III.b.1 – Comissão Inventariante dos Bens Móveis e Imóveis

Adiante, apresenta-se de forma sintetizada os resultados apurados pela comissão instituída pela Resolução nº 313/2020. A cópia do relatório conclusivo encontra-se anexa a Prestação de Contas Anual, conforme determina o item 25 da alínea “I” do inciso III, do Anexo II da Decisão Normativa nº 01/2021.

Material de Consumo

Do relatório conclusivo apresentado pela Comissão Inventariante, verifica-se que os 133 (cento e trinta e três) itens, avaliados em R\$ 368.586,19 (trezentos e sessenta e oito mil quinhentos e oitenta e seis reais e dezenove centavos), que estavam em situação irregular no relatório parcial (data-base de 29/10/2020), foram regularizados por meio de ajustes efetuados pela Diretoria de Patrimônio e Almoxarifado da DPMG.

Assim, a situação dos bens de consumo da DPMG registrado no Siad em 31/12/2020, conforme apresentada pela Comissão Inventariante, está distribuída da seguinte forma:

Tabela 22 – Detalhamento a nível de Elemento e Item de despesa

Situação em 31/12/2020	Qtde Disponível	Valor
1440005 (I)	1.003.828	R\$ 968.874,45
1441005	972.411	R\$ 921.536,50
3003	18.586	R\$ 61.143,11
3004	212.144	R\$ 44.394,26
3005	687.911	R\$ 163.264,88
3007	564	R\$ 282,00
3008	1.796	R\$ 12.528,96
3010	79	R\$ 545,10
3013	354	R\$ 3.088,24
3015	177	R\$ 10.861,76
3016	2.326	R\$ 167.224,08
3017	38.747	R\$ 194.074,61
3019	241	R\$ 4.552,37
3020	656	R\$ 61.021,64
3021	5.984	R\$ 79.015,24
3022	54	R\$ 10.740,81
3023	119	R\$ 24.413,26
3025	2.280	R\$ 79.386,74
3030	300	R\$ 1.160,94
3099	93	R\$ 3.838,50
1441020	31.417	R\$ 47.337,95
3003	271	R\$ 1.108,60
3004	7.930	R\$ 2.750,93
3005	22.493	R\$ 22.256,68
3007	28	R\$ 14,00
3008	123	R\$ 749,96
3013	97	R\$ 657,57
3015	1	R\$ 52,30
3016	238	R\$ 11.913,28
3017	98	R\$ 820,17
3019	15	R\$ 15,00
3020	29	R\$ 144,57
3021	56	R\$ 4.289,41
3022	21	R\$ 2.362,50

Situação em 31/12/2020	Qtde Disponível	Valor
3025	17	R\$ 202,98
1440011 (II)	7.182	R\$ 19.628,42
1441571	7.182	R\$ 19.628,42
3026	7.182	R\$ 19.628,42
Total Geral (I) + (II)	1.011.010	R\$ 988.502,87

Fonte: Relatório Conclusivo dos Inventários dos Materiais de Consumo e Permanente

Tabela 23 – Resumo a nível de Unidades Administrativa e Executora

Descrição	Qtde Disponível	%
Total Geral Material de Consumo	1.011.010	100%
Total Almoxxarifado 1441005 -U.E. 1440005	972.411	96,18%
Total Almoxxarifado 1441020 -U.E. 1440005	31.417	3,11%
Total Almoxxarifado 1441571 -U.E. 1440011	7.182	0,71%

Fonte: Relatório Conclusivo dos Inventários dos Materiais de Consumo e Permanente

Não obstante a informação da comissão de que houve a regularização das inconformidades relativas aos saldos físicos apontadas em seu relatório parcial, a Comissão constatou a existência de diferença no saldo financeiro entre os sistemas Siad e Siafi, conforme tabela apresentada a seguir.

Tabela 24 – Diferença entre saldos de sistemas quanto a bens de consumo

Sistemas	Valor
Total Geral SIAD	R\$ 988.502,87
Total Geral SIAFI	R\$ 987.362,02
Diferença Geral (#)	R\$ 1.140,85

Fonte: Relatório Conclusivo dos Inventários dos Materiais de Consumo e Permanente

Na certificação dos saldos financeiros entre os sistemas Siafi e Siad, a comissão apurou que as diferenças encontradas na conta contábil 1.1.3.01.01.00.00 – Material de Consumo – da U.O 1441 são oriundas das rotinas do Siad efetuadas no exercício de 2021, porém contabilizadas no Siafi no extrato de dezembro de 2020. Destaca-se que a comissão demonstrou, inclusive, as Notas de Lançamentos Contábeis (NLC) das movimentações no Siad e os extratos da conta contábil, todos constam do anexo II do relatório conclusivo.

Por fim, a comissão sugeriu a DPA/SRLI que apure potenciais inconformidades entre os saldos físico e financeiro do Siad e promova os ajustes necessários em conformidade com as legislações vigentes que regem a matéria.

Material Permanente

A partir dos relatórios parcial e conclusivo elaborado pela comissão inventariante, demonstra-se de forma sintetizada a situação dos bens permanentes da DPMG em 29/10/2020 e 31/12/2020, conforme apuração da equipe inventariante:

Tabela 25 – Comparativo da apuração de Bens Permanentes de forma resumida

Apuração da Comissão	Quantid. de Bens	%	Valor	Quantid. de Bens	%	Valor
	29/10/2020			31/12/2020		
Bens localizados	29.276	96,60	29.378.268,52	31.030	99,55	31.124.829,35
Bens não localizados	1.031	3,40	1.569.765,86	113	0,36	51.504,32
Bens não localizados – Em Processo Administrativo	-	-	-	26	0,08	30.722,26
Total	30.307	100	30.948.034,38	31.169	100	31.207.055,93

Fonte: Construção do autor, com base nos relatórios da comissão inventariante.

Consoante informação prestada pela Comissão Inventariante, a relação dos bens “Não localizados” e “Em processo administrativo” estão contidas, de forma detalhada, no anexo I do Relatório Conclusivo da Comissão, que se encontra apensado a Prestação de Contas. A comissão informa em seu relatório que os 26 bens não localizados – Em Processo Administrativo foram declarados pela DPA.

A Unidade de Auditoria Interna questionou à Superintendência de Recursos Logísticos e Infraestrutura acerca desses 26 bens não localizados que estariam em Processo Interno de Apuração (PIA), que respondeu, por meio do Memo nº 017/2021/SRLI de 27/5/2021:

Em atenção à Solicitação de Auditoria nº 010/ Prestação de Contas Anual – Encerramento do Exercício 2020, informo a V. S.^a que atualmente encontra-se em aberto o PIA 013/2017, cujo objeto é a apuração do furto de 11 (onze) bens na Comarca de Divinópolis.

Os outros 15 (quinze) bens permanentes descritos como “Não Localizado - Em Processo Administrativo” na coluna “Apuração DPA” na tabela anexa, ainda não foram objeto de abertura de PIA pela Administração Superior.

Para estes bens, informo que foram esgotadas as possibilidades de localização pelos trabalhos da DPA e Comissão Inventariante, motivo pelo qual houve a inserção dessa informação no campo específico “Apuração DPA”. Para estes casos apresentados, a relação será enviada a Subdefensoria Pública-Geral para análise da abertura de procedimento de apuração de responsabilidade.

A comissão inventariante de 2020 também identificou 245 (duzentos e quarenta e cinco) inconformidades percorridas no Relatório Parcial, oriundas dos levantamentos físico e das observações repassadas pelos servidores locais durante a execução dos trabalhos. Em seu relatório conclusivo, a comissão informa que a Diretoria de Patrimônio e Almoxarifado (DPA) da DPMG respondeu parcialmente 57 (cinquenta e sete) itens da análise e que essas providências foram adicionadas no campo denominado “Atuação da DPA” que consta do anexo I do relatório conclusivo da comissão. Segue abaixo tabela apresentada pela comissão, contendo a apuração simplificada desses resultados.

Tabela 26 – Inconformidades apuradas pela Comissão - Exercício 2020

Outras Situações	Quantidade	Atuação da DPA
Bens de Outros Órgãos Localizados nas Unidades Administrativas da DPMG	26	0
Bens Localizados "Sem Plaqueta de Patrimônio"	163	1
Bens Localizados no Físico, Sem Registro no SIAD	19	19
Bens Não Localizados na Carga Patrimonial	1	1

Outras Situações	Quantidade	Atuação da DPA
Patrimônios Localizados no Físico com Status de "Baixado" no SIAD	36	36
Total Geral	245	57

Fonte: Relatório Conclusivo dos Inventários dos Materiais de Consumo e Permanente

Bens Imóveis

De acordo com a comissão não há registros de bens imóveis no ativo da DPMG.

Inventário Financeiro

Verifica-se que a comissão inventariante procedeu a certificação dos saldos entre os sistemas Siad e Siafi para os bens permanentes e de consumo, os quais estão demonstrados no anexo II do relatório conclusivo da comissão.

Antes de adentrar na consolidação da apuração do inventário financeiro dos bens permanentes, a comissão destacou possíveis inconsistências na metodologia de reavaliação, quando em consultas a informações constantes do Siad,

No que refere aos saldos financeiros analisados entre o Siad e o Siafi que após a reavaliação geral de todos os materiais permanentes cadastrados no SIAD, efetuada em novembro de 2019, elaborada pelas Secretarias de Estado de Fazenda – SEF e de Planejamento e Gestão – SEPLAG (Decreto 47.754 de 14 de novembro de 2019) – que foram baseadas na metodologia de abordagem do Custo de Reposição Depreciado e a depreciação embasada no método Ross-Heidecke, as contas patrimoniais sofreram depreciações mensais.

Desta forma, os valores da maioria dos bens móveis da DPMG foram depreciados durante o exercício de 2020, de forma automatizada, nos sistemas SIAD e SIAFI.

Analisando os dados financeiros das contas patrimoniais verificamos algumas inconsistências na metodologia aplicada, tais como:

Entende-se que as possíveis inconsistências retratadas no relatório conclusivo merecem ser encaminhadas à Seplag/MG para conhecimento, avaliação e/ou esclarecimentos.

Em relação as diferenças entre Siad e Siafi apuradas pela comissão, tem-se que:

Quanto as diferenças encontradas nos saldos da contábil 142.01.01.00.00, referente aos Bens Móveis de -R\$312.707,91 (menos trezentos e doze mil setecentos e sete reais e noventa e um centavos) e das contas contábeis 142.01.88.01.00 - referente aos Bens Móveis Pendentes de Classificação/Incorporação e 142.01.03.00.00 Bens Móveis a Transferir de -R\$52.945,23 (menos cinquenta e dois mil novecentos e quarenta e cinco reais e vinte e três centavos) todas a maior no SIAFI, correspondem aos bens em móveis pendentes de confirmação (Bens em Trânsito) e também das movimentações e depreciações dos bens operacionalizados no SIAD em Jan/2021 contabilizadas no extrato de dez/20 no SIAFI, durante o período de ajuste (até 10/01/2021).

Constatações da Comissão quanto a Problemas e Dificuldades na realização do inventário

A comissão inventariante relatou as seguintes dificuldades encontradas durante a realização do Inventário de 2020:

- ✓ Foram indicados por meio da Resolução que a regula, 8 servidores. Entendemos que o número de servidores/funcionários seria suficiente para atendimento às demandas da Comissão - a nível central - se houvesse a disponibilidade integral dos membros para execução dos serviços, especialmente na realização dos trabalhos in loco.
- ✓ Falta de equipamentos portáteis em bom estado de conservação para execução dos trabalhos em campo.
- ✓ Falta de Mapeamento das Unidades Administrativas_ destacamos este tópico como uma das principais dificuldades encontradas pela Comissão, tendo em vista que várias unidades administrativas estão divididas em espaços físicos diferentes e muitas vezes em mais de um endereço. Este fato interfere nos resultados quanto a localização dos bens móveis além de gerar retrabalho.
- ✓ Organização dos materiais estocados no Almoxarifado Central_ muitos itens de materiais iguais foram estocados em espaços físicos diferentes, promovendo a contagem dos mesmos de forma aleatória, favorecendo a indução de resultados duvidosos que geraram retrabalho e causaram morosidade na execução dos trabalhos em campo.
- ✓ COVID-19_ Em virtude da pandemia muitos Servidores trabalharam em home office. Assim, quando a Comissão chegava para realizar o trabalho in loco nos deparávamos com estas situações e tínhamos que retornar para a Sede e retomar os trabalhos em outro dia após agendamento.

Considerações Finais

Destaca-se abaixo as considerações finais e sugestões realizadas pela Comissão Inventariante:

Após análise realizada pela Diretoria de Patrimônio e Almoxarifado, com base nas informações contidas no Relatório Parcial, apresentado por essa comissão em 22/01/2021, ficou constatado que estão faltando 113 bens móveis no patrimônio da DPMG, sendo que, 26 destes itens, estão sob processo de PIA. Quanto às inconformidades apuradas em “Outras Situações”, a DPA informou que irá proceder com os ajustes necessários durante o exercício de 2021.

Assim, sugerimos que a DPA realize o confronto das informações disponibilizadas no Relatório parcial realizando a certificação dos bens in loco, principalmente daqueles bens com status encontrados “sem as plaquetas de patrimônio” “localizados no físico sem registro no SIAD”, e dos bens “localizados em duplicidade”, pois acreditamos que a prática destas ações poderá contribuir na redução dos bens não localizados por esta Comissão.

Entendemos que durante o exercício de 2020 muitos desafios na gestão dos materiais, tendo em vista, a pandemia da COVID-19 que provocou várias mudanças na rotina Institucional e pessoal dos Servidores.

Desta forma, sugerimos que a Diretoria de Patrimônio e Almoxarifado providencie as medidas que entenderem necessárias para regularização das inconformidades verificadas por esta Comissão a fim de certificar os trabalhos realizados e continuar o aprimoramento na qualidade da gestão dos bens da DPMG.

Ademais, sugerimos também que a Comissão de Inventário seja constituída no mês de agosto do ano corrente, para que se possa planejar e efetuar a execução dos trabalhos com a eficiência e eficácia que o tema requer, tendo em vista que atualmente existe um curto espaço de tempo hábil para realizar todas as tratativas necessárias em virtude da gama de operações urgentes e prioritárias que ocorrem no encerramento de cada exercício financeiro. Essas ações não trarão prejuízo para a DPMG, desde que tenha a data base para emissão dos relatórios seja atribuída ao último dia do mês

escolhido e que as movimentações dos materiais sejam paralisadas para o levantamento em campo.

Outro ponto, se dá a metodologia aplicada para realização dos trabalhos relativos ao levantamento físico dos materiais permanentes. Atualmente existem ferramentas disponíveis para a realização do inventário informatizado, que poderiam ser utilizadas para maior agilidade e acuracidade dos dados durante realização dos trabalhos. Trata-se do aplicativo Inventário App, disponível gratuitamente nas lojas de aplicativos, desenvolvido para a realização do inventário de material permanente, durante a fase de levantamento em campo. Ele permite a identificação de patrimônios lidos/não lidos e os bens que foram informados manualmente, destinado a comprovar a quantidade e o valor dos materiais do acervo existente.

No entanto, sugerimos a avaliação para eventual utilização do APP pela DPA, durante a realização do inventário, a fim de comprovar sua eficácia no acervo da DPMG. Além de evitar qualquer gargalo que possa comprometer os resultados do inventário anual.

Por fim, encerramos o relatório conclusivo identificando as inconformidades apuradas nos inventários físicos e financeiros desta DPMG e sugerindo medidas para regularização das apurações apresentadas.

V.III.b.2 – Comissão Inventariante da Dívida e Valores em Tesouraria

A Comissão instituída pela Resolução nº 314/2020, por meio do seu relatório final concluiu, após análise realizadas e diante dos resultados apresentados nos relatórios parcial e final, que os processos foram adequadamente registrados, cumprindo-se o quesito da tempestividade dos registros contábeis. Ademais, informou que a DPMG não possui registros relativos à Dívida Fundada nem Débitos em Tesouraria.

A comissão, ainda, mencionou que houve avanço quanto ao saldo de restos a pagar de exercícios anteriores que estavam em aberto.

Por meio do Memo nº 13/2021/SRLI, de 28/4/2021, encaminhado à Auditoria Interna, a comissão apresentou a certificação acerca do levantamento da Dívida Flutuante e Valores em Tesouraria, incluindo informações sobre os Atos Potenciais.

Ao analisar os relatórios, esta unidade de Auditoria Interna identificou a seguinte inconsistência:

- Manutenção de Restos a Pagar não processados de exercícios anteriores, vide tabela a seguir:

TABELA 27 – Levantamento de Saldo inscrito em Restos a Pagar em 31/12/2020, referente a exercícios anteriores

Ano Origem	GMFIP	Valor Inscrito Processado	Valor Inscrito não Processado
2016	3.90.0.10.1	0,00	36.007,18
2018	3.90.0.10.1	0,00	20.799,16
2019	3.90.0.10.1	0,00	459.415,72
2019	4.90.0.10.1	173.085,20	67.085,30
Total		173.085,20	583.307,36

Fonte: Diretoria de Finanças, Pagamento e Contabilidade/DPMG.

De acordo com as Notas Explicativas do Setor Contábil, as inscrições de Restos a Pagar não processados de exercícios anteriores “se justificam por existirem alguns dos credores com Notas Fiscais que se encontram contestadas por parte dos gestores demandantes.”.

Cumprе destacar, que no exercício sob análise foram cancelados os valores de R\$ 2.626.597,12 (dois milhões, seiscentos e vinte e seis mil, quinhentos e noventa e sete reais e doze centavos) de Restos a Pagar não processados e de R\$ 1.606,05 (hum mil, seiscentos e cinco reais e cinco centavos) de Restos a Pagar Processados.

VI AVALIAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA DEFENSORIA DIANTE DE SINDICÂNCIAS, INQUÉRITOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS OU TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS INSTAURADOS NO PERÍODO

VI.II Dos procedimentos instaurados ou concluídos em 2020

Conforme planilha encaminhada por e-mail à Auditoria Interna em 20/4/2021, a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública informa que, durante o exercício de 2020, foram instaurados ou concluídos 6 (seis) Procedimentos Administrativos Internos (PAI), estando 4 (quatro) arquivados pelo Defensor Público-Geral e 2 (dois) em andamento, conforme tabela 28, a seguir.

Informa, ainda, que em 29/2/2020 foi publicada a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em razão de apontamentos decorrentes do PAI n. 1111-2410-2019-0-004.

TABELA 28 – Procedimento Administrativo Interno (PAI)

Nº PAI (Procedimento Administrativo Interno)	Data Inst.	Nº PIA (Procedimento Interno de Apuração)	Portaria	Situação
1172-0111-2019-0-001	01/11/2019	013/2019	PIA 013/2019 - extravio de bens na comarca de Ponte Nova	Arquivado conforme decisão do DPG em 19/02/2020
1111-2410-2019-0-004	24/10/2019	001/2020	PIA 001/2020 - Requerimento de créditos retroativos - ausência à instituição nos dias 7, 10, 11 e 14 de outubro de 2019 (PIA 001/2020 foi juntado aos autos do PAD 1111-2410-2019-0-004)	Em andamento
1257-3004-2020-0-001	30/04/2020	002/2020	PIA 002/2020 para apurar suposto furto dos bens televisão e cafeteira elétrica da unidade da Defensoria Pública da Comarca de Januária/MG	Arquivado conforme decisão do DPG em 09/06/2020
1305-1708-2020-0-001	17/08/2020	003/2020	PIA 003/2020 - Declarações de débitos e créditos tributários federais - DCTF's	Em andamento
1306-1708-2020-0-001	17/08/2020	004/2020	PIA 004/2020 - Pagamento indevido a estagiária R.L.d.M.	Em andamento
1323-1410-2020-0-001	14/10/2020	005/2020	PIA 005/2020 referente a furto Celular Institucional	Arquivado conforme decisão do DPG em 23/11/2020

Nº PAI (Procedimento Administrativo Interno)	Data Inst.	Nº PIA (Procedimento Interno de Apuração)	Portaria	Situação
1327-0911-2020-0-001	09/11/2020	006/2020	PIA 006/2020 referente a furto de computador	Arquivado conforme decisão do DPG em 18/01/2021

Fonte: Corregedoria-Geral DPMG

O Gabinete da DPMG disponibilizou à Auditoria Interna, por meio do aplicativo *SharePoint* da ferramenta *Office 365*, pasta de trabalho contendo planilhas de controle sobre os Procedimentos Interno de Apuração (PIA) e Procedimento Administrativo de Apuração Contratual (PAAC), instaurados ou concluídos no exercício de 2020, conforme tabelas 29 e 30, adiante. Os referidos procedimentos estão normatizados no âmbito da DPMG por meio das Resoluções n. 176/2016 e n. 184/2019, respectivamente.

TABELA 29 – Procedimento Interno de Apuração (PIA)

Nº Portaria	Data Inst.	Fato a ser investigado	Situação
001/2020	04/01/2020	Suposto dano ao erário, em razão da ausência injustificada à Instituição pelo Defensor Público, J.C.C., Masp 5.723.796, nos dias 07, 10, 11 e 14 de outubro de 2019.	Em andamento
002/2020	29/04/2020	Suposto furto dos bens registrados no patrimônio sob n. 76107620 e n. 83885846, da unidade da Defensoria Pública da Comarca de Januária/MG, constantes do Memo. nº 021/2020/SRLI.	Arquivado conforme decisão do SubDPG em 08/05/2020
003/2020	11/08/2020	Pagamento dos valores cobrados pela Receita Federal do Brasil, em razão do lançamento com atraso das DCTF's (Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais), decorrente de revogação de ordem judicial que eximia a DPMG de efetuar o lançamento.	Em andamento
004/2020	11/08/2020	Recebimento de R\$ 2.289,95 (dois mil duzentos e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos) pela estagiária R. L. de M., a título de bolsa de estágio e auxílio transporte, após a sua colação de grau, bem como a ausência de comunicação pela Estagiária e pela Exma. Sra. Supervisora do estágio à CESV sobre a colação de grau em 05/03/2020, inclusive assinando as folhas de ponto subsequentes.	Arquivado conforme decisão do DPG em 14/12/2020
005/2020	06/10/2020	Suposto furto do aparelho de telefone celular institucional IMEI 351944111721993, bem como do chip de telefonia nele inserido.	Arquivado conforme decisão do DPG em 22/10/2020
006/2020	09/11/2020	Suposto furto do computador institucional patrimônio n. 5414073-0.	Arquivado conforme decisão do DPG em 11/11/2020
007/2020	16/12/2020	Suposto furto do aparelho de telefone celular institucional, bem como do chip de telefonia (linha n. 31.98311-4942) nele inserido.	Em andamento

Fonte: Planilhas de controle Gabinete/DPMG

TABELA 30 – Procedimento Administrativo de Apuração Contratual (PAAC)

Nº Portaria	Data Inst.	Fato a ser investigado	Situação
001/2020	18/09/2019	Acidente fatal sofrido pelos Sr. R.A.d.S, funcionário da Prestar Advanced Serviços Ltda, durante a execução dos serviços no dia 19/01/2019, bem como as seguintes ocorrências – a) permitir a colocação de escada de mão nas proximidades de aberturas ou vãos; b) deixar de estabelecer procedimento operacional de montagem e utilização do sistema de ancoragem; c) permitir que o trabalhador execute a atividade com acesso por cordas sem que esteja conectado a pelo menos duas cordas em pontos de ancoragem independentes; d) permitir a realização de trabalho em altura sem prévia Análise de Risco; e) deixar de desenvolver procedimento operacional para as atividades rotineiras de trabalho em altura; f) realizar serviço de execução ou manutenção ou ampliação ou reforma em telhado ou cobertura sem que sejam precedidos de inspeção e de elaboração de Ordens de Serviço ou Permissões para Trabalho, contendo os procedimentos a serem adotados; g) deixar de utilizar dispositivos dimensionados por profissional legalmente habilitado que permitam a movimentação segura dos trabalhadores em telhados ou coberturas; h) permitir que o sistema de ancoragem temporário não tenha os pontos de fixação definidos sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado.	Decisão publicada em 20/11/2020
002/2020	18/09/2019	Não fornecimento de 24 frigobares especificados no contrato n. 9196072/2018.	Decisão publicada em 05/12/2020 e revista em 09/02/2021
003/2020	28/09/2019	Não fornecimento de 50 (cinquenta) purificadores de água especificados no Contrato nº 9197226/2018.	Em andamento
004/2020	30/11/2019	a) paralisação da prestação dos serviços e inexecução de 37,74% (trinta e sete vírgula setenta e quatro por cento) do objeto contratado; b) descumprimento do dever de fornecer todos os instrumentos, ferramentas, materiais e mão de obra necessários para a execução dos serviços contratados; c) alocação de mão de obra ineficiente para a realização dos trabalhos; d) descumprimento do dever de informar sobre a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que pudessem atrasar ou impedir a conclusão dos serviços no prazo previsto, bem como de sugerir as medidas para corrigir a situação.	Decisão publicada em 05/12/2020 ¹⁰

Fonte: Planilhas de controle Gabinete/DPMG

Consoante Memo. Nº 225/SGPSO/DPMG - 2021, a Superintendente de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional (SGPSO) da DPMG informou que em 2020 houve a abertura de três procedimentos administrativos simplificados, que culminaram no ressarcimento à Defensoria Pública, vide informações abaixo.

- “Retificação do posicionamento da servidora K.P.S., Masp: 907.054-1, alterando o Nível do cargo de Técnico da Defensoria Pública IV-H para IV-G, com vigência a contar de 01/12/2018, publicado no MG de 30/07/2020 (Resolução n 222/2020), com isto gerou um débito da

¹⁰ Pendente de encaminhamento à Controladoria-Geral do Estado para efeito de inscrição no Cafimp.

diferença no período de 01/12/2018 a 31/07/2020, lançado para OP de 08/2020 conforme autorização da servidora em 24 parcelas.

- Retificação do posicionamento do servidor K.S.d.M.F, Masp: 902.054-6, alterando o Nível do cargo de Analista da Defensoria Pública III-F para III-E, com vigência a contar de 01/12/2018, publicado no MG de 16/12/2020 (Resolução n 348/2020), com isto gerou um débito da diferença no período de 01/12/2018 a 31/12/2020, lançado para OP de 01/2021 conforme autorização do servidor em 25 parcelas.
- Retificação da concessão do 4º quinquênio administrativo do servidor J.M.d.R., Masp: 375.011-4, alterando a vigência de 27/02/2015 para 02/07/2019, publicado no MG de 07/03/2020, com isto gerou um débito do período de 11/2017 (mês de retorno da LIP) a 06/2019, lançado para OP de 02/2021 conforme autorização do servidor em 04 parcelas.

OBS.: nesse caso específico como se trata de concessão de quinquênio, retificou-se a concessão com a data correta e o servidor acordou com a devolução do débito.”

VII AUDITORIAS REALIZADAS E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

As informações relativas às auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial realizadas no ano exercício de 2020, relativas à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, encontra-se arrolada no subitem a seguir.

VII.I Relativamente às auditorias realizadas

Os documentos técnicos relativos a auditorias realizadas pela unidade de auditoria interna da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e emitidos no ano-exercício sob análise encontram-se relacionados no quadro resumo a seguir.

DOCUMENTOS TÉCNICOS DE AUDITORIA EMITIDOS EM 2020 PELA AUDITORIA INTERNA

QUADRO RESUMO

Produto	Quantidade
Relatório de Auditoria emitido pela unidade de auditoria interna	1
Relatório de Avaliação de Efetividade	0
Relatório de Tomada de Contas Especial	0
Certificado de Auditoria de Tomada de Contas Especial	0
Nota de Auditoria	0
Carta de Recomendação	0
Total	1

No que concerne a trabalhos de auditoria, encontram-se enumerados no quadro resumo a seguir os documentos técnicos emitidos pela unidade de auditoria interna, referentes ao órgão no período em referência.

Produto	Quantidade
Relatórios de Auditoria emitido pela Unidade de Auditoria Interna em 2020:	Relatório de Controle Interno nº 1440.0682.20, sobre as contas do exercício financeiro de 2019 da DPMG, emitido em 9 de julho de 2020.

No âmbito das atividades da Auditoria Interna, regulamentada pela Deliberação nº 110/2019, relaciona-se as seguintes atividades executadas no exercício de 2020:

- Acompanhamento e assinatura do Relatório de Gestão Fiscal – RGF/DPMG;
- participação em treinamento sobre integridade e governança no setor público.

VIII DECLARAÇÃO DE QUE FOI VERIFICADA E COMPROVADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A Auditoria Interna, em 2021, realizou análise de conformidade e de legalidade de processos de despesa que envolveram a gestão de recursos no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais no exercício financeiro de 2020.

Da análise verificou-se a regularidade dos documentos de processos de despesa, incluindo processos de licitatórios, solicitações de adiantamentos, diárias de viagens.

Quanto aos processos de licitação, foi verificado se houve consistência na motivação da contratação, se houve compatibilidade entre o contrato celebrado, a minuta do contrato e as condições da proposta vencedora, bem como foi verificada a compatibilidade entre a classificação orçamentária constante dos instrumentos contratuais e o objeto do contrato.

Foi verificada a legalidade de empenhos, relativamente a tempestividade, legitimidade, compatibilidade com o instrumento de origem e pertinência da classificação da despesa.

Foi também verificada a legalidade da liquidação da despesa conforme o Decreto nº 37.924/96, relativamente aos seguintes quesitos, dentre outros: documento comprobatório da despesa; ateste de recebimento; definição da importância exata a se pagar; emissão da nota de liquidação por autoridade competente.

No tocante aos atos de gestão patrimonial, verificou-se que, após os apontamentos realizados pela comissão inventariante em seu relatório conclusivo, a SRLI/DPMG emitiu relatório encaminhado ao Subdefensor Público-Geral, por meio do Memo nº 016/2021/SRLI, contendo considerações sobre a própria superintendência acerca da gestão patrimonial da Defensoria Pública e das providências tomadas para continuidade da regularização dos bens permanentes nas respectivas Unidades Administrativas. Assim, entende-se que as informações do referido relatório são pertinentes e necessárias na busca para sanar as divergências apontadas pela comissão.

Desse modo, com base nos levantamentos e conciliações apresentados, declara-se que foi verificada a legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial relativos aos bens e direitos da Defensoria pública do Estado de Minas Gerais.

IX PARECER CONCLUSIVO SOBRE AS CONTAS ANUAIS

O processo de prestação de contas Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG, exercício financeiro de 2020, foi examinado por esta Unidade de Auditoria Interna e encontra-se instruído conforme estabelecido na Instrução Normativa TCE n. 14/2011 e Decisão Normativa n. 01/2021.

Os resultados do acompanhamento e avaliação da execução orçamentária e financeira encontram-se alinhados às diretrizes traçadas no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG, 2020-2023, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – e na Lei Orçamentária Anual – LOA.

As demonstrações contábeis elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas legais vigentes evidenciam a posição orçamentária, financeira e patrimonial em 31/12/2020.

Cabe ressaltar que as inconsistências, as falhas de controle interno e demandas apontadas nos relatórios da comissão inventariante serão objeto de acompanhamento e monitoramento pela Unidade de Auditoria Interna.

Nesse sentido, nossas conclusões, tendo como parâmetro as análises procedidas a partir das demandas contidas nos incisos I a VI do art. 10 da IN 14/2011 e Decisão Normativa nº 01/2021, ambas do TCEMG, apontam a adequada posição orçamentária, financeira e patrimonial do exercício de 2020 da DPMG, nos termos das informações prestadas neste Relatório de Controle Interno.

É o parecer.

Belo Horizonte, 28 de maio de 2021.

João Gabriel Melo Alves
Auditoria Interna da DPMG

ANEXO – Documentos a que se refere o § 2º, do art. 10 da IN TCEMG nº 14/2011

Solicitações de respostas						
Data Emissão	Especificação	Unidade Emissora	Destinatário	Assunto	Documento de resposta	Data resposta
13/04/2021	Solicitação de Auditoria nº: 001/ Prestação de Contas Anual	Auditoria Interna	Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças – SPGF	Solicitação de informações e documentações acerca da gestão orçamentária e financeira da DPMG no exercício de 2020.	Memo nº 18/2021/DFC/SPGF	30/04/2021
14/04/2021	Solicitação de Auditoria nº: 002/ Prestação de Contas Anual	Auditoria Interna	Superintendência de Recursos Logísticos e Infraestrutura – SRLI	Solicitação de informações e documentações acerca da gestão patrimonial da DPMG no exercício de 2020.	Memo nº 14/2021/SRLI	05/05/2021
13/04/2021	Solicitação de Auditoria nº: 003/ Prestação de Contas Anual	Auditoria Interna	Superintendência de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional – SGPSO	Solicitações de informações e documentações acerca de processos administrativos na área de recursos humanos.	Memo. nº 225/SPGSO/D PMG - 2021	26/04/2021
19/04/2021	Solicitação de Auditoria nº: 004/ Prestação de Contas Anual	Auditoria Interna	Subdefensoria Pública-Geral	Informações sobre trabalhos de auditoria executados no exercício de 2020, inclusive de órgãos externos; relação das providências adotadas pelo gestor diante de danos ao erário.	E-mail - SubDPG	23/04/2021
16/04/2021	Solicitação de Auditoria nº: 005/ Prestação de Contas Anual	Auditoria Interna	Comissão de Inventário – Resolução 314/2019	Esclarecimentos acerca de restos a pagar e certificação dos valores em tesouraria e da Dívida.		28/04/2021
19/04/2021	Solicitação de Auditoria nº: 006/ Prestação de Contas Anual	Auditoria Interna	Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças – SPGF	Solicitação de informações acerca da cronologia de pagamentos.	Memo nº 019/2021/DFC/SPGF	04/05/2021
20/04/2021	Solicitação de Auditoria nº: 007/ Prestação de Contas Anual	Auditoria Interna	Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças – SPGF	Solicitação informações sobre a execução de despesas com indenizações, encargos financeiros e despesas de exercícios anteriores	Memo nº 020/2021/SPGF/DPMG	06/05/2021
13/05/2021	Solicitação de Auditoria nº: 008/	Auditoria Interna	Superintendência de Tecnologia da Informação – STI	Solicitação de informações sobre as ações da STI no exercício de 2020.	E-mail - STI	13/05/2021

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Exercício 2020

Solicitações de respostas						
Data Emissão	Especificação	Unidade Emissora	Destinatário	Assunto	Documento de resposta	Data resposta
	Prestação de Contas Anual					
20/04/2021	E-mail – nº: 004/ Prestação de Contas Anual	Auditoria Interna	Corregedoria-Geral da DPMG	Solicitação de informações acerca de processos instaurados no ano de 2020 a título de sindicância, inquérito, processo administrativo, tomada de contas especial.	E-mail da Secretaria da CGDPMG	20/04/2021
07/05/2021	E-mail	Auditoria Interna	Diretoria de Finanças, Pagamento e Contabilidade	Solicitação de processos de diárias	Memo nº 020/2021/DFC /SPGF	07/07/2021
13/05/2021	Solicitação de Auditoria nº: 009/ Prestação de Contas Anual	Auditoria Interna	Assessoria de Administração Estratégica e Inovação	Solicitação de informações acerca das principais ações executadas do PE (2018-2023) e do PGA (2019-2020 e 2020-2021) executados no exercício de 2020.	E-mail – Assessora de Administração Estratégica e Inovação	19/05/2021
14/05/2021	E-mail	Auditoria Interna	Diretoria de Finanças, Pagamento e Contabilidade	Solicitação de processos de despesa miúda	Memo nº 021/2021/DFC /SPGF	14/05/2021
17/05/2021	E-mail	Auditoria Interna	Superintendência de Recursos Logísticos e Infraestrutura – SRLI	Esclarecimentos acerca dos saldos patrimoniais nas contas de bens móveis de 2019 e 2020	E-mail - SRLI	19/05/2021
27/05/2021	Solicitação de Auditoria nº: 010/ Prestação de Contas Anual	Auditoria Interna	Superintendência de Recursos Logísticos e Infraestrutura – SRLI	Solicitação de informações e documentações acerca de bens não localizados em processo administrativo	Memo nº 017/2021/SRLI	27/05/2021
28/05/2021	E-mail	Auditoria Interna	Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças – SPGF	Solicitação de informações e documentações acerca de processo de DEA	E-mail - SPGF	28/05/2020
				Relatório da SRLI – contendo considerações sobre a gestão patrimonial da DPMG e providências tomadas para continuidade da regularização dos bens permanentes.	Memo nº 16/2021/SRLI	18/05/2021



CONTAS

PRESTAÇÃO DE

Exercício 2020